Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 8

Demonstração do Resultado Abrangente 9

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 12

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 13

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 14

Demonstração de Valor Adicionado 15

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 17

Notas Explicativas 41

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 115

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 116

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 118

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 119

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 120

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Ordinária		0,14600
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14600
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16060
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2011	Dividendo	18/05/2011	Ordinária		2,41667
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2011	Dividendo	18/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	2,41667
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2011	Dividendo	18/05/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	2,65834
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/07/2011	Ordinária		0,14601
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14601
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16061
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2011	Dividendo	14/09/2011	Ordinária		1,41695
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2011	Dividendo	14/09/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	1,41695
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2011	Dividendo	14/09/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	1,55864
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/10/2011	Ordinária		0,14601
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/10/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14601
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	01/10/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16061
Reunião do Conselho de Administração	29/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Ordinária		0,14600
Reunião do Conselho de Administração	29/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14600
Reunião do Conselho de Administração	29/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,16060

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	6.137.842	5.372.695	4.757.880
1.01	Ativo Circulante	1.350.681	1.306.877	1.271.507
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	180.756	101.277	217.329
1.01.02	Aplicações Financeiras	34.667	68.991	84.476
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	34.667	68.991	84.476
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	34.667	68.991	84.476
1.01.03	Contas a Receber	923.069	881.317	794.525
1.01.03.01	Clientes	923.069	881.317	794.525
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	923.069	881.317	794.525
1.01.04	Estoques	10.481	8.014	5.334
1.01.06	Tributos a Recuperar	108.237	133.819	55.536
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	108.237	133.819	55.536
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições a recuperar	108.237	133.819	55.536
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.669	2.281	2.176
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	89.802	111.178	112.131
1.01.08.03	Outros	89.802	111.178	112.131
1.01.08.03.01	Entidade de previdência privada	6.156	0	0
1.01.08.03.02	Serviços em curso	44.958	32.666	22.888
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	38.688	78.512	89.243
1.02	Ativo Não Circulante	4.787.161	4.065.818	3.486.373
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.494.182	1.310.297	1.073.867
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	52.598	0	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	52.598	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	256.602	310.691	218.840
1.02.01.03.01	Clientes	256.602	310.691	218.840
1.02.01.06	Tributos Diferidos	74.753	49.517	84.611
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74.753	49.517	84.611
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.110.229	950.089	770.416

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	58.794	56.972	45.826
1.02.01.09.04	Beneficio fiscal - Ágio incorporado a controladora	208.586	227.469	246.364
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	139.809	170.352	131.278
1.02.01.09.06	Superávit atuarial	35.119	39.340	23.269
1.02.01.09.07	Coligadas e controladas	211	138	250
1.02.01.09.08	Ativo Indenizável (concessão)	659.635	443.965	308.170
1.02.01.09.09	Outros Ativos não Circulantes	8.075	11.853	15.259
1.02.02	Investimentos	12.117	10.859	13.388
1.02.04	Intangível	3.280.862	2.744.662	2.399.118
1.02.04.01	Intangíveis	3.280.862	2.744.662	2.399.118

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	6.137.842	5.372.695	4.757.880
2.01	Passivo Circulante	1.259.704	1.134.740	1.245.977
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.326	30.656	38.205
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.326	30.656	38.205
2.01.01.02.01	Salários e Encargos a Pagar	33.326	30.656	38.205
2.01.02	Fornecedores	395.410	335.755	319.345
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	395.410	335.755	319.345
2.01.03	Obrigações Fiscais	132.903	115.803	117.770
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	132.903	115.803	117.770
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	132.903	115.803	117.770
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	415.905	420.419	316.011
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	312.973	205.032	233.592
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	280.726	156.153	138.167
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	32.247	48.879	95.425
2.01.04.02	Debêntures	102.932	215.387	82.419
2.01.05	Outras Obrigações	263.757	216.228	440.475
2.01.05.02	Outros	263.757	216.228	440.475
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.247	29.177	320.621
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	52.454	65.049	50.551
2.01.05.02.05	Outros Passivos	180.056	122.002	69.303
2.01.06	Provisões	18.403	15.879	14.171
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.403	15.879	14.171
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	712	536	467
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.099	9.296	7.292
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	6.592	6.047	6.412
2.02	Passivo Não Circulante	2.580.201	1.861.242	1.391.436
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.299.098	1.661.659	1.152.727
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.026.566	1.298.582	683.289

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.776.443	1.050.098	454.729
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	250.123	248.484	228.560
2.02.01.02	Debêntures	272.532	363.077	469.438
2.02.02	Outras Obrigações	87.475	39.642	88.025
2.02.02.02	Outros	87.475	39.642	88.025
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	1.694	1.694
2.02.02.02.03	Fornecedores	25.397	6.349	5.480
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	30.787	18.700	40.413
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições a recolher	3.183	3.775	18.998
2.02.02.02.06	Entidade de previdência privada	1.688	1.882	1.996
2.02.02.02.07	Outros Passivos Não Circulantes	24.018	7.242	19.444
2.02.03	Tributos Diferidos	84.267	66.720	67.003
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	84.267	66.720	67.003
2.02.04	Provisões	109.361	93.221	83.681
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	109.361	93.221	83.681
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.109	6.280	6.023
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	62.895	52.676	41.319
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	37.357	34.265	36.339
2.03	Patrimônio Líquido	2.297.937	2.376.713	2.120.467
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituidos com capital Próprio	18.569	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	340.429	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	1.009.659	1.116.638	883.300
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	725.568	647.539	480.856
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	284.091	469.099	402.444
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	48.065	19.862	-3.046

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.03.08.01	Ganho Sobre Ativo Disponivel para Venda	48.065	19.862	-3.046

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.967.359	4.394.324	0
3.01.01	Receita Bruta	7.046.131	6.239.476	0
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-2.078.772	-1.845.152	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.410.513	-2.902.851	0
3.03	Resultado Bruto	1.556.846	1.491.473	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-510.751	-357.902	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-313.978	-209.425	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-196.773	-148.477	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.046.095	1.133.571	0
3.06	Resultado Financeiro	-178.592	-18.668	0
3.06.01	Receitas Financeiras	310.854	336.687	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-489.446	-355.355	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	867.503	1.114.903	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-117.013	-169.184	0
3.08.01	Corrente	-139.978	-146.371	0
3.08.02	Diferido	22.965	-22.813	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	750.490	945.719	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	750.490	945.719	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,87	4,79	0
3.99.01.02	PNA	3,87	4,79	0
3.99.01.03	PNB	4,25	5,26	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	750.490	945.719	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	28.203	22.908	0
4.02.01	Ajustes ativos financeiros da Concessão	42.732	34.709	0
4.02.02	Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-14.529	-11.801	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	778.693	968.627	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.269.991	950.123	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.539.251	1.533.547	0
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	867.503	1.114.903	0
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	234.202	206.042	0
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e camibiais	240.770	77.571	0
6.01.01.04	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	2.287	74.554	0
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangivel / imobilizado baixado	5.240	4.700	0
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	39.036	24.845	0
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	150.213	30.932	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-269.260	-583.424	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-137.876	-211.644	0
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	33.417	-89.429	0
6.01.02.03	Estoques	-2.467	-2.680	0
6.01.02.04	Depósitos judiciais	45.572	-28.962	0
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-1.388	-105	0
6.01.02.06	Entidade de Previdência Privada	557	-16.071	0
6.01.02.07	Coligadas e Controladas	-73	112	0
6.01.02.08	Outros ativos	8.478	39.344	0
6.01.02.09	Fornecedores	78.703	17.279	0
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	2.670	-7.549	0
6.01.02.11	Encargos de dívidas e swap pagos	-226.618	-151.210	0
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-5.289	-13.037	0
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais a recolher	-100.505	-144.108	0
6.01.02.14	Indenizações / Contingências pagas	-39.076	-17.187	0
6.01.02.15	Entidade de Previdência Privada	-194	-114	0
6.01.02.16	Outros passivos	74.829	41.937	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.057.822	-948.818	0
6.02.01	Intangivel	-1.046.577	-976.550	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.02.02	Títulos e Valores Imobiliários	-11.245	27.732	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-132.690	-117.357	0
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	975.123	762.461	0
6.03.02	Captação de Debêntures	0	80.274	0
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-165.061	-173.123	0
6.03.04	Amortização do principal de debêntures	-194.641	-70.134	0
6.03.05	Obrigações vinculadas	107.327	287.351	0
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-855.438	-1.004.186	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	79.479	-116.052	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	101.277	217.329	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	180.756	101.277	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.116.638	0	19.862	2.376.713
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.116.638	0	19.862	2.376.713
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-469.060	0	0	-469.060
5.04.09	Reversão de dividendos prescritos	0	0	39	0	0	39
5.04.10	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-469.099	0	0	-469.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	750.490	28.203	778.693
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	750.490	0	750.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	28.203	28.203
5.05.02.06	Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	28.203	28.203
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	362.081	-750.490	0	-388.409
5.06.04	Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	0	0	143.060	-143.060	0	0
5.06.05	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-113.366	0	-113.366
5.06.06	Dividendos Intermediários	0	0	0	-275.043	0	-275.043
5.06.07	Dividendos Propostos	0	0	219.021	-219.021	0	0
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.009.659	0	48.065	2.297.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	883.300	0	-3.046	2.120.467
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	883.300	0	-3.046	2.120.467
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-323.896	0	0	-323.896
5.04.09	Reversão de dividendos prescritos	0	0	319	0	0	319
5.04.10	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-324.215	0	0	-324.215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	945.719	22.908	968.627
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	945.719	0	945.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	22.908	22.908
5.05.02.06	Ganhos líquidos sobre ativos disponiveis para venda	0	0	0	0	22.908	22.908
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	557.234	-945.719	0	-388.485
5.06.04	Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	0	0	166.364	-166.364	0	0
5.06.05	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-106.832	0	-106.832
5.06.06	Dividendos Intermediarios	0	0	0	-281.653	0	-281.653
5.06.07	Dividendos Propostos	0	0	390.870	-390.870	0	0
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	1.116.638	0	19.862	2.376.713

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	6.894.272	6.210.513	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.046.131	6.239.476	0
7.01.02	Outras Receitas	-1.646	1.969	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-150.213	-30.932	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.299.937	-2.851.520	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.030.004	-1.880.690	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.269.933	-970.830	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.594.335	3.358.993	0
7.04	Retenções	-234.202	-206.042	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-234.202	-206.042	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.360.133	3.152.951	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	310.854	336.686	0
7.06.02	Receitas Financeiras	310.854	336.686	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.670.987	3.489.637	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.670.987	3.489.637	0
7.08.01	Pessoal	191.743	139.902	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	124.692	117.700	0
7.08.01.04	Outros	67.051	22.202	0
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	31.507	25.453	0
7.08.01.04.02	Entidade de previdência Privada	5.518	-5.757	0
7.08.01.04.03	Auxilio alimentação	11.566	9.863	0
7.08.01.04.04	Convênio assistêncial e outros beneficios	9.526	3.583	0
7.08.01.04.06	Provisão para férias e 13º salário	28.423	29.681	0
7.08.01.04.07	Plano de saúde	16.320	10.200	0
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhista	17.464	9.554	0
7.08.01.04.09	Participação nos resultados	20.964	13.296	0
7.08.01.04.10	Administradores	2.885	3.308	0
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	3.834	2.254	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.01.04.12	(-) Transferências para ordens	-80.956	-79.233	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.235.266	2.045.470	0
7.08.02.01	Federais	1.057.267	1.008.451	0
7.08.02.02	Estaduais	1.177.999	1.037.019	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	493.488	358.546	0
7.08.03.01	Juros	489.446	355.355	0
7.08.03.02	Aluguéis	4.042	3.191	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	607.430	779.355	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	113.366	106.832	0
7.08.04.02	Dividendos	494.064	672.523	0
7.08.05	Outros	143.060	166.364	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2011

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Destaca-se a continua evolução da base de clientes, tendo atingido em 2011 a marca de 5,08 milhões de contratos ativos, dos quais 4,5 milhões residenciais. Desse total 1,5 milhão são consumidores de baixa renda.

Os investimentos realizados pela companhia nesse ano somaram R$ 1.046,6 milhões, 7,2% superior ao valor investido em 2010, sendo destinados principalmente para implantação, expansão e melhorias do sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos viabilizaram a realização de novas 218.890 ligações urbanas e 39.888 rurais, além de 9.346 km de novas redes de distribuição, construção de 18 subestações e a ampliação de mais 7, focando sempre no atendimento e na qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores. O Programa Luz para Todos foi o que recebeu o maior volume de investimentos, somando o montante de R$ 376,3 milhões com recursos dos governos Federal, Estadual e da COELBA, onde já foram realizadas mais de 468 mil novas ligações desde 2004.

A receita operacional líquida cresceu 13,0%, encerrando o ano em R$ 4.967,4 milhões. Os principais fatores que contribuíram para que a receita operacional líquida fosse superior em relação ao ano anterior foram o aumento das vendas de energia em 458 GWh, apresentando crescimento de 3,1%, o incremento de 181 mil novos clientes e o reajuste tarifário de 13,12% em abril de 2011. A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R$ 1.281,9 milhões, inferior ao ano anterior em 4,2%. A margem bruta em 2011 foi de 31,3% e a margem EBITDA 25,8%. A COELBA registrou lucro líquido em 2011 de R$ 750,5 milhões sendo 20,6% inferior ao resultado apresentado em 2010.

As mudanças decorrentes das regras comerciais promovidas pela Resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições ao corte de consumidores inadimplentes, bem como os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7583/11, que alteraram as regras de aplicação da tarifa social de energia elétrica, ensejaram um esforço suplementar da Companhia quanto às ações de acompanhamento e cobrança dos consumidores atingidos, visando mitigar os impactos econômicos advindos da inadimplência.

Seguindo a estratégia adotada nos anos anteriores, a COELBA manteve o endividamento no longo prazo, utilizando recursos de bancos e agências de fomento para financiar seus planos de investimento, tendo firmado contratos com o BNDES, BNB e FINEP, com ingressos para financiamento de CAPEX em 2011 no valor total de R$ 570,10 milhões. Ainda no plano financeiro destaca-se a captação de recursos no mercado internacional, por meio da emissão de notas no exterior (bonds em reais) no montante de R$ 400 milhões, com vencimento em 27 de abril de 2016 e juros de 11,75% a.a com pagamento semestral.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No aspecto operacional, apesar das fortes intempéries climáticas que atingiram o estado da Bahia e em especial a região metropolitana de Salvador, determinando interrupções na rede de energia elétrica e causando grandes dificuldades à operação do sistema elétrico e ao restabelecimento do fornecimento, os indicadores anuais de qualidade registrados de 22,5 horas para o DEC (Duração Média de Interrupção por Consumidor), 10,0 vezes para o FEC (Freqüência Média de Interrupção por Consumidor) e 226 minutos para o TMA (Tempo Médio de Atendimento), apurados em 2011, tiveram significativa melhora em relação aos resultados obtidos no ano anterior. A COELBA encerrou o exercício com índice de perdas de energia de 13,6%, índice superior ao registrado em 2010, mesmo tendo sido mantidas as ações de combate às perdas comerciais, principalmente em virtude do crescimento do número de clientes (3,7%) e da energia injetada (3,2%).

No âmbito da responsabilidade social, destaca-se a continuidade do Programa de Eficiência Energética nas comunidades de baixa renda que, até o final de 2011, proporcionou a doação e venda subsidiada de 101.757 geladeiras (24.194 em 2011) e doação de 727.441 lâmpadas fluorescentes compactas (166.356 em 2011).

São por estes resultados que a COELBA reafirma seu compromisso com o desenvolvimento da Bahia e do País, ao tempo que agradece aos seus mais de 8.000 colaboradores, diretos e indiretos, a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e governos Municipais, Estadual e Federal.

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Para 2011, de acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estima-se que o PIB Brasileiro registre um crescimento de 3% ante 7,5% em 2010. Já a economia baiana apresentou um crescimento de 2,5% do PIB em 2011. A crise mundial que desacelerou o crescimento da economia brasileira aparece como responsável pelo baixo crescimento da economia baiana. Os setores de serviços e agropecuária foram os principais responsáveis pelo crescimento do estado.

O ano de 2011 foi um período em que o país decidiu controlar gastos, iniciou uma ainda tímida reforma fiscal e desacelerou o crescimento desafiado pela crise mundial. O governo retirou os estímulos fiscais no ano passado e o Banco Central brasileiro começou a elevar os juros para conter as altas de preços. Apesar disso, a economia perdeu força e a inflação, medida oficialmente pelo IPCA, fechou 2011 em 6,5%, dentro da meta do governo, e acima da taxa de 2010 (5,91%) em 0,59 ponto percentual.

A taxa de câmbio fechou 2011 em R$/U$ 1,88 apontando uma desvalorização do real frente ao dólar de 12,6% quando comparada a 2010, tendo como um dos principais fatores a crise européia.

O IGP-M acumulado em 2011 encerrou em 5,1% registrando uma forte desaceleração em relação a 2010 que foi de 11,3%, justificado principalmente pela depreciação nos preços das commodities. Vale ressaltar, que este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de energia elétrica.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO 2011

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.142 de 19 de abril de 2011, fixou em 13,12% o índice de reajuste das tarifas, resultado do Reajuste Tarifário de 2011, com vigência a partir de 22 de abril de 2011, sendo 8,47% relativos ao reajuste tarifário anual e 4,65% aos componentes financeiros.

Em face do encerramento de componentes financeiros do reajuste anterior, o percentual percebido na conta dos consumidores cativos foi em média de 9,92%, sendo de 9,79% para os consumidores atendidos em baixa tensão, que representam 99% dos clientes e inclui os clientes residenciais. Já para os consumidores cativos industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, o aumento foi de 10,16%, em média.

O Reajuste Tarifário de 2011 foi realizado em conformidade com a cláusula sétima do contrato de concessão da COELBA nº. 010/97, a qual prevê que a Poder Concedente procederá, anualmente, o reajuste dos valores das tarifas aplicáveis à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Para este fim, o Poder Concedente aplica fórmula prevista na subcláusula sexta da cláusula sétima do Contrato de Concessão, onde são observados as variações dos custos não gerenciáveis da concessionária - Parcela A (compra de energia, encargos e tributos) e a variação anual do IGPM, o qual reajusta os custos gerenciáveis - Parcela B (custos de operação e manutenção, depreciação e remuneração de capital), que compõe a Receita da Concessionária.

Os encargos setoriais e tributos continuam tendo uma grande participação nos custos da tarifa de energia elétrica, representando 34% da mesma. Já as despesas com a compra e transmissão de energia respondem por 36%. Cabe à COELBA os 30% restantes para cobrir os custos de operação, manutenção, administração do serviço e investimentos.

2.2. NOVA METODOLOGIA DA REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para a COELBA a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3º revisão tarifária da companhia, conforme previsto no contrato de concessão.

A Taxa de Remuneração de Capital (WACC), que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões como 7,50% (após-impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial através da ABRADEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica.

Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo reconhecido nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.

O Fator X será calculado considerando a produtividade, a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de Produtividade será estabelecido por benchmarking na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.

Para a Base de Remuneração foi mantida a metodologia utilizada e será feita a avaliação dos investimentos incrementais, com a “blindagem” da base de remuneração avaliada no 2º ciclo de revisão.

Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que também deve ser objeto de questionamento judicial pela ABRADEE.

Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.

A metodologia utilizada para perdas de energia no 2º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por clusters e níveis de perdas.

3. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

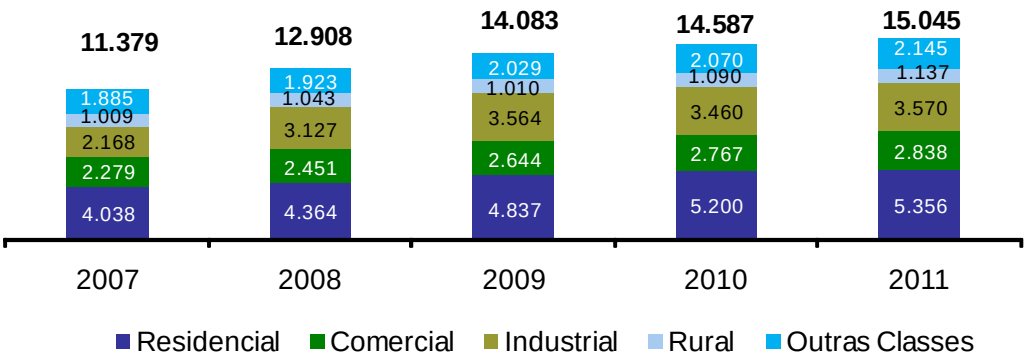
3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída (somatório da energia do mercado cativo e do mercado livre) pela COELBA em 2011 foi de 15.745 GWh, o que representa um crescimento de 2,7% em relação a 2010. Em 2011 o desaquecimento da economia, resultado da crise que atingiu o mercado internacional, e condições climáticas atípicas no segundo semestre comprometeram o crescimento do mercado. Um exemplo dessa desaceleração foi a indústria baiana que apresentou uma queda de 4,3% no ano (até out/11) comparado com 2010. Assim, em 2011 todas as classes de consumo apresentaram desempenhos modestos, com destaque para as classes residencial (3,0%), comercial (3,4%) e industrial (1,0%).

Ano	Clientes Livres	Mercado Livre (GWh)	Energia Distribuída (GWh)	Participação do Mercado Livre (%)
2007	21	1.421	12.800	11,1
2008	10	770	13.678	5,6
2009	13	179	14.262	1,3
2010	20	742	15.329	4,8
2011	26	699	15.745	4,4

3.2. COMPORTAMENTO DO MERCADO CATIVO – VENDAS DE ENERGIA

O mercado cativo da COELBA em 2011 apresentou variação de 3,1% com relação a 2010.



O consumo da classe residencial em 2011 foi 3,0% superior ao registrado em 2010. O crescimento da classe residencial ficou aquém dos últimos cinco anos, cuja média anual foi de 7,3%. O desaquecimento do consumo pode ser explicado pela ocorrência de temperaturas abaixo da média histórica no segundo semestre e pelo próprio desaquecimento da economia.

A classe industrial cativa registrou crescimento de 3,2% em 2011, com a migração de 07 consumidores ao longo do ano para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). A despeito da produção física industrial da Bahia ter apresentado queda de 4,3% no ano (acumulado até out/11), o consumo industrial total (cativo + livre) cresceu 1,0%.

A variação do consumo da classe comercial cativa foi de 2,6% em 2011, abaixo do que foi observado em anos anteriores. A classe comercial total (cativo + livre) cresceu 3,4%. Esse desempenho não acompanhou o comércio varejista baiano, cujo volume de vendas ficou em 8,7% no ano.

A classe rural apresentou crescimento de 4,3% em 2011, em relação a 2010. Além da influência das variações climáticas, a classe rural neste ano teve seu desempenho atrelado ao momento favorável das culturas produzidas no oeste do estado.

O segmento outras classes (iluminação pública, poderes públicos, serviço público e uso próprio) apresentou um crescimento total de 3,6% em 2011 quando comparado com 2010.

3.3. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A COELBA fechou o ano com 5.081.987 contratos ativos em sua base de dados, com um acréscimo de 181.204 contratos em relação a 2010. Os consumidores residenciais representaram 88,1% do total e 1.482.697 foram faturados como consumidores baixa renda (33,1% dos contratos residenciais).

Em milhares de Contratos	2007	2008	2009	2010	2011	Participação em 2011
Residencial	3.704	3.892	4.094	4.306	4.477	88,1%
Comercial	289	291	300	307	313	6,2%
Industrial	20	21	21	21	21	0,4%
Rural	194	194	194	196	200	3,9%
Outras Classes	62	64	67	70	72	1,4%
Número total de clientes ativos	**4.269**	**4.462**	**4.676**	**4.901**	**5.082**	**100,0%**

3.4. PERDAS

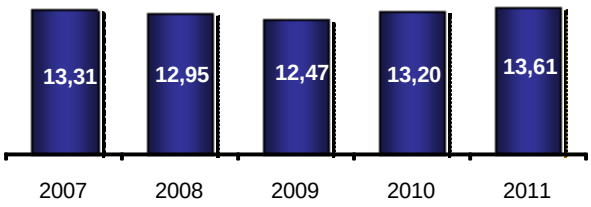
Em 2011, a COELBA aplicou R$ 26 milhões em ações para combater as perdas comerciais, dentre elas podemos destacar:

- Realização de 138 mil inspeções, sendo detectadas 95 mil irregularidades, tendo sido recuperados 109 GWh, o que corresponde a R$ 30 milhões;
- Regularização de 9 mil ligações clandestinas com e sem obra, contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-religados, além da recuperação de créditos;
- Operação de blindagem de 50 unidades com consumo relevante (clientes com medição em alta tensão ou com medição indireta) e 7 mil unidades consumidoras em áreas populares, minimizando a possibilidade de realização de fraudes;
- Inspeção de 25 mil consumidores faturados pelo mínimo e regularização de 18 mil instalações;
- Operação de levantamento e atualização do cadastro de iluminação pública de 60 municípios, recuperando e agregando mais de 25 GWh no ano;
- Implantação de 1.600 telemedições em consumidores do grupo A (medição em alta tensão) e grupo B com medição indireta;
- Substituição de 4.100 medidores polifásicos obsoletos; e

- Negociação de 51 mil processos de irregularidade, correspondendo a mais de R$ 50 milhões.

Houve um aumento do número de consumidores da ordem de 3,7% e a energia distribuída cresceu cerca de 2,7%, contra 3,2% de crescimento da energia injetada. Esta diferença ocasionou o aumento da perda global do período, ficando no patamar de 13,61%.

Evolução do Índice de Perdas (%)



3.5. RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

R$ Mil	2007	2008	2009	2010	2011	Participação em 2011
Residencial	1.779.245	1.714.305	1.806.361	2.078.339	2.388.994	42,2%
Comercial	1.138.956	1.106.844	1.109.506	1.235.750	1.387.849	24,5%
Industrial	667.506	827.976	910.476	939.033	1.051.378	18,5%
Rural	200.469	193.588	189.049	217.618	244.124	4,3%
Outras Classes	506.599	482.773	485.712	532.801	595.493	10,5%
Total	**4.292.775**	**4.325.486**	**4.501.104**	**5.003.540**	**5.667.838**	**100,0%**

A receita de fornecimento de energia elétrica neste ano atingiu R$ 5.667,8 milhões, superando o ano anterior em 13,3%, influenciada basicamente pelo crescimento das vendas de energia (MWh) em 3,1% e pelo índice de reajuste tarifário de 13,12% fixado pela ANEEL, com vigência a partir de 22 de abril de 2011. Este crescimento reflete o desempenho de todas as classes de consumo, mas com destaque para as classes Residencial, Comercial, Industrial e Rural, que registraram um incremento na receita de 14,9%, 12,3%, 12,0% e 12,2%, respectivamente.

3.6. ARRECADAÇÃO

A COELBA conta atualmente para a arrecadação de faturas de energia com um total de 7.562 locais de pagamento, considerando a rede credenciada COELBA Serviços, os bancos e seus correspondentes bancários.

A rede COELBA Serviços disponibiliza para os clientes 949 pontos credenciados que estão localizados nos 415 municípios atendidos na área de concessão da COELBA e em mais 129 distritos e povoados que se encontram distantes das sedes municipais. Essa distribuição da rede credenciada possibilita maior comodidade aos clientes para realização do pagamento das contas de energia.

O percentual médio de faturas de energia pagas na rede COELBA Serviços em 2011 foi de 49%. A fidelização desses clientes deve-se ao fato da rede prestar um serviço diferenciado nos pontos COELBA Serviços, onde contamos nesses locais, com a arrecadação associada

ao atendimento comercial. Os principais serviços disponibilizados são: informação de débitos, emissão de 2ª via de faturas, parcelamento de débitos e religação de unidades consumidoras, opção da melhor data de pagamento, além do recebimento de faturas de empresas de telefonia fixa, móvel e de água. Os valores arrecadados de faturas de energia no ano de 2011, na rede COELBA Serviços, representaram 21% do montante total arrecadado. A COELBA mantém ainda convênios com a rede bancária, composta por 14 bancos, representada pelas suas agências e correspondentes bancários, num total de 6.613 locais.

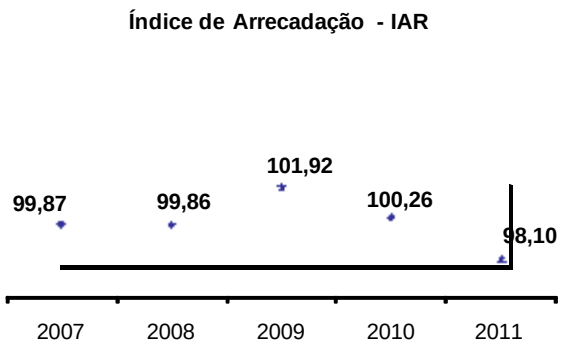
O incremento na participação da arrecadação através da Rede Bancária foi em função da parceria firmada entre a COELBA e a Caixa Econômica Federal em agosto de 2011, notadamente através dos lotéricos.

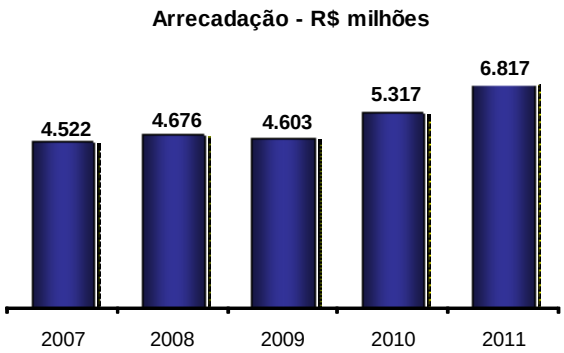
Em 2011, a arrecadação através de bancos e seus correspondentes foi de 51% da quantidade de faturas e 79% do montante arrecadado.

A performance na arrecadação dos créditos da venda dos serviços de energia elétrica decorreu da conjuntura econômica do ano de 2011. Alguns indicadores registraram elevação do crédito, do nível de endividamento, mas também da inadimplência e do nível inflacionário. Em 2011, a COELBA obteve um índice de arrecadação de 98,10% (nos últimos 12 meses).

A ampliação das restrições à suspensão de fornecimento, imposta pela Resolução 414/2010 e a perda do benefício baixa renda de, aproximadamente, 1,2 milhão de consumidores, também influenciou o comportamento de pagamento em 2011. Para combater esta mudança, as ações de cobrança foram intensificadas, onde se destacam:

- A marca de 4,4 milhões de inscritos em cadastro de devedores;
- Foram executadas 691 mil cobranças domiciliares e 1,1 milhão de acionamentos por torpedos e mensagens de voz. Estas operações reduzem os custos com as ações de cobrança mais onerosas, como a suspensão de fornecimento (cortes);
- A atuação das empresas de assessoria de cobrança mantém um volume de recuperação no ano de R$ 25,7 milhões, com foco nos clientes para os quais as contas de energia já haviam sido inscritas na PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) e consumidores desligados sem medidor; e
- Realizado 630 mil suspensões de fornecimento (cortes). Esta ação, em conjunto com a inserção em órgãos de proteção ao crédito, foi intensificada para reagir ao crescimento da inadimplência.





3.7. COMPRA DE ENERGIA

A energia contratada para atender ao mercado da COELBA em 2011, totalizou 18.506 GWh, o que representa um incremento de 4,3% em relação a 2010. Foi adquirida a um custo médio acumulado de R$ 106,65/MWh, 2,5% acima do realizado no ano anterior que foi de R$ 104,08/MWh. Este custo médio não considera os encargos setoriais e de conexão.

Em 2011 a sobra contratual da COELBA foi da ordem de 3,39%, garantindo o pleno atendimento do mercado cativo da empresa.

4. INVESTIMENTOS

Visando melhorar a qualidade dos serviços e ampliar a eletrificação do Estado da Bahia, foram investidos no exercício R$ 1.046,6 milhões, importe este constituído por recursos próprios, subvenções, benefício fiscal (REIDI) e captações financeiras junto ao BNDES, BNB e FINEP.

O quadro abaixo mostra a evolução dos investimentos e a sua composição em 2011:

Evolução dos Investimentos
R$ Mil

	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)
Distribuição	870.877	565.588	737.364	936.782	1.028.030	10%
Comercialização	427	116	435	389	92	-76%
Administração e outros	37.827	65.315	66.942	39.379	18.455	-53%
Total	**909.131**	**631.019**	**804.742**	**976.550**	**1.046.577**	**7,2%**

O REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura é um benefício fiscal criado em 2007 e faz parte de um conjunto de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal. Este benefício desonera do PIS e da COFINS a venda de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e a prestação de serviços, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao REIDI, para aplicação em obras de infraestrutura destinadas ao seu ativo imobilizado, dentro dos setores de energia, transportes, portos e saneamento. O objetivo desta desoneração é reduzir o desembolso imediato de caixa das empresas permitindo que elas ampliem o investimento em obras de infraestrutura nos setores incentivados.

O projeto apresentado pela COELBA junto ao Ministério de Minas e Energia contempla, especialmente, ligações de novos clientes, renovação da rede de distribuição e expansão de

rede. Além disso, renovação de subestações e de linhas de distribuição de alta tensão, automação, telecomunicação, expansão de rede de distribuição em média tensão. Em 2011 foram obtidos R$ 49,7 milhões com o benefício fiscal do REIDI, para serem investidos em obras de infraestrutura da empresa.

4.1. EXPANSÃO DE REDE

No intuito de atender às novas demandas do mercado de energia elétrica, foram investidos em 2011 R$ 101,9 milhões na expansão dos sistemas de subtransmissão e distribuição. A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais ativos do sistema elétrico da empresa nos últimos cinco anos.

Principais Ativos Elétricos

Distribuição de Energia	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)
Linhas de Subtransmissão (Km)	8.205	8.214	8.217	8.382	8.463	1,0%
Subestações (Un)	276	283	291	294	312	6,1%
Transformadores de Força (Un)	372	381	386	396	420	6,1%
Potência Instalada (MVA)	4.123	4.217	4.235	4.444	4.628	4,1%
Linhas de Distribuição (Km)	178.677	192.617	206.881	223.151	232.497	4,2%
Transformadores de Distribuição (Un)	135.862	149.830	162.558	178.587	187.394	4,9%

Dentre os vários empreendimentos concluídos no exercício, figuram, em especial, 18 novas subestações e 07 ampliações, além de 04 novas linhas de transmissão, com destaque para as subestações de Praia do Forte, Morro de São Paulo, Rio Itaguari e de Mundo Verde, da linha de transmissão 138 kV Rio Formoso – Rio Itaguari, da linha de distribuição em 34,5 kV derivada da subestação de Mundo Verde e da Travessia Subaquática Tapuias – Morro de São Paulo. Todas essas obras trazem maior confiabilidade e qualidade no fornecimento de energia elétrica a diversas áreas do estado da Bahia. Neste prisma, cumpre também destacar as duplicações realizadas nos circuitos de suprimento de energia de 36 sedes municipais.

4.2. MODERNIZAÇÃO

Dando continuidade ao projeto de digitalização e automação do sistema elétrico, tecnologia que permite a operação remota de subestações e pontos estratégicos da rede de distribuição, a COELBA investiu no exercício R$ 14,7 milhões, permitindo automatizar mais 06 subestações e mais 256 pontos (chaves e religadores operados remotamente) da rede de distribuição. Hoje, 184 subestações da COELBA já se encontram automatizadas e integradas aos seus respectivos Centros de Operação, representando 89,54% da potência total instalada da Companhia.

Além disso, vale destacar o importante avanço do programa de telemedição destinado a unidades consumidoras do grupo A. Em 2011, foram implantadas 1.562 novas telemedições, totalizando o significativo número de 6.018 unidades atendidas por esta tecnologia, representando 31% da energia faturada da COELBA e 92% da energia faturada para clientes do Grupo A.

Dentre outros benefícios, a telemedição permite o gerenciamento do consumo de energia, a correção remota da programação do medidor, a detecção e localização imediata de perdas, fraudes e defeitos, bem como o faturamento automático desses clientes.

4.3. UNIVERSALIZAÇÃO

O “Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica”, em 2011, continuou a figurar como principal foco dos investimentos da COELBA, sendo destinatário da maior parcela dos recursos orçamentários de investimentos do exercício. Desde dezembro de 2008, quando a ANEEL deu por concluída a Universalização Urbana, o programa passou a compreender apenas a Universalização Rural, vertente denominada de “Programa Luz para Todos”, considerado o maior programa de eletrificação rural do país.

Fruto do investimento de R$ 651,5 milhões em novas ligações, no exercício de 2011 foram ligados 258.778 novos consumidores, sendo 39.888 rurais e 218.890 urbanos, com aportes respectivos de R$ 376,3 milhões e R$ 275,2 milhões.

4.4. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Em 2011, em parceria com instituições de pesquisa e empresas locais e de outros estados, foi investido no desenvolvimento de projetos de P&D da COELBA o total de R$ 6,4 milhões.

No exercício, a COELBA aprovou uma nova carteira de 10 projetos, em conformidade ao novo Manual de P&D do Setor Elétrico, que a ANEEL instituiu em 2008. Tais projetos irão garantir para os próximos 03 anos um investimento da ordem de R$ 17 milhões, destinado às áreas de engenharia de manutenção, sustentabilidade, supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica, operação de sistemas de energia elétrica e medição, faturamento e combate a perdas comerciais.

Mais de R$ 11 milhões foram investidos em projetos relacionados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia, do Governo Federal.

4.5. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Em 2011, a COELBA teve um dispêndio de R$ 28,4 milhões no Programa de Eficiência Energética. Os principais projetos foram:

- Substituição de 24.194 refrigeradores em péssimo estado de conservação e doação de 166.356 lâmpadas para famílias inscritas em Programas Sociais do Governo Federal: Valor aplicado R$ 19,4 milhões;

- Energia Verde: O cliente contribui para o reflorestamento da Mata Atlântica, em troca, é beneficiado com bônus para trocas de equipamentos eficientes. Valor aplicado R$ 2,6 milhões;

- Centro de Eficiência Energética e Unidade Móvel Educacional: atenderam 32.940 pessoas, 31.574 da comunidade escolar, alunos e professores de 221 escolas, em 04 municípios da Bahia que receberam orientações sobre o uso racional e seguro de energia por meio de palestras, experimentos e recursos multimídia. Valor aplicado R$ 0,8 milhões;

- Eficientização energética relacionada à climatização, iluminação e aquecimento solar nos hospitais Pro Matre, Exercito, Geral de Camaçari, Santo Amaro, Naval, Maternidade Climério de Oliveira, Santo Antonio e HAM. Valor aplicado: R$ 2,2 milhões; e

- Pituaçu: instalação de sistemas de geração solar fotovoltaica. Valor aplicado R$ 2,5 milhões.

4.6. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2011 foi marcado essencialmente pelos grandes projetos de natureza regulatória, com a implantação do Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e da Resolução 414 da ANEEL que trata Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. Em Tecnologia da Informação foram providos recursos para viabilizar nos seus sistemas técnicos, comerciais e administrativo-financeiros as adequações necessárias para atendimento às demandas do negócio que foram reestruturadas com as novas regras regulatórias.

Nos sistemas comerciais foram implantadas alterações para atender aos artigos da citada resolução 414, cujos esforços concentraram-se na aplicação SAP-ISU/CCS, em todo o seu ciclo comercial, que compreende o atendimento, serviços, faturamento, arrecadação e cobrança.

Em especial, foram realizadas melhorias significativas nos processos que afetam o tempo de atendimento comercial e uma reestruturação no processo de cobrança, aprimorando-o para o incremento de ações de negativação, suspensão e regularização de instalações.

Com a implementação do MCPSE, muito se realizou para que as bases de cadastro técnico e de ativos fossem equalizadas. Para isto, as integrações entre os sistemas técnicos e sistemas administrativo-financeiros foram reimplementadas e melhorias foram introduzidas nestes dois sistemas a fim de se compatibilizar estas integrações. Pode-se citar a implementação do módulo New GL no SAP R/3 e Portal Regulatório no sistema Gestão do Sistema Elétrico – GSE.

Quanto a infraestrutura, os indicadores de desempenho mostram uma evolução relevante na modernização do parque tecnológico, com 14% de renovação de equipamentos no ano, uma disponibilidade média de 99,1% nos sistemas de missão crítica.

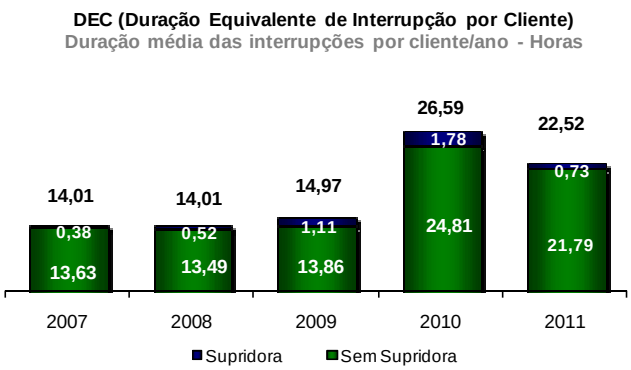
Para que a sustentação e os projetos de TI sejam viabilizados em tempo, em qualidade e novos patamares de produtividade, a estrutura da TI foi organizada por disciplinas (governança, aplicações e infraestrutura) aplicada sobre uma dimensão matricial dentro da holding e também introduzido um novo modelo de prestação de serviço através de indicadores (SLA e SLO). O principal objetivo foi preparar a TI para superar os desafios e suportar a conquista de novas oportunidades de modernização tecnológica e de gestão.

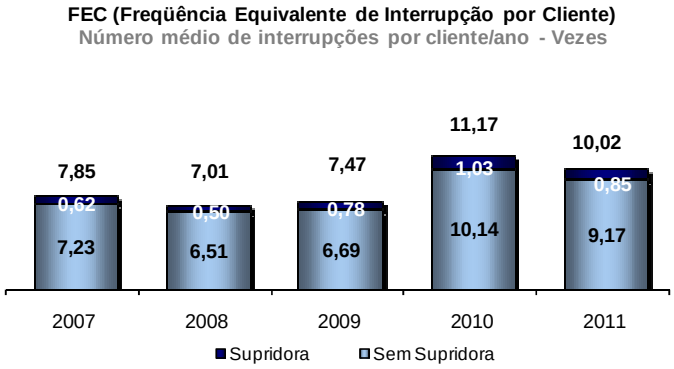
5. DESEMPENHO OPERACIONAL

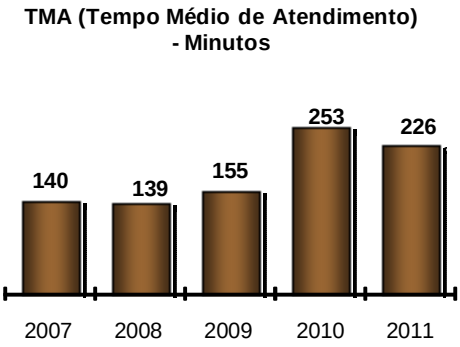
	2007	2008	2009	2010	2011
Indicadores Operacionais					
Número de Empregados	2.720	2.646	2.550	2.541	2.533
Número de Clientes por Empregado	1.570	1.686	1.834	1.929	2.006
Vendas por Clientes (MWh)	2.665	2.893	3.012	2.976	2.961
Vendas por Empregado (GWh)	4,18	4,88	5,52	5,74	5,94
Clientes por km^2	7,6	7,9	8,3	8,7	9,0

5.1. QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os indicadores de qualidade de DEC (Duração Média de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência Média de Interrupção por Consumidor) e TMA (Tempo Médio de Atendimento), apurados em 2011, tiveram significativa melhora em relação aos resultados obtidos no ano anterior, não obstante as fortes intempéries climáticas que atingiram o estado da Bahia e em especial a região metropolitana de Salvador, determinando interrupções na rede de energia elétrica e causando grandes dificuldades à operação do sistema elétrico e ao restabelecimento do fornecimento.







No período 2007-2011, impulsionado especialmente pelo Programa de Universalização, que continua a ser operacionalizado em sua vertente rural, denominada “Programa Luz para Todos”, a empresa apresentou um crescimento aproximado de 30% em sua rede de média e baixa tensão e de 19% no número de consumidores. Este programa, considerado o maior do país em eletrificação rural, a cada ano introduz significativo crescimento físico territorialmente disperso do sistema de distribuição, o que exige maior esforço estratégico para promover o rápido atendimento às ocorrências na rede.

Outros importantes obstáculos a exigir fortes desafios à melhoria dos indicadores de qualidade são as restrições ambientais para o manejo da vegetação, cada vez mais rigorosas, e os congestionamentos de trânsito na região metropolitana, cujo tráfego beira o colapso, dificultando e atrasando as ações de manutenção.

Buscando compensar essas dificuldades e trazer melhores números aos indicadores de qualidade, a COELBA vem investindo regularmente na automação de subestações e equipamentos de rede de distribuição, aumentando o número de subestações e chaves operadas remotamente, como também no sistema de comunicação, para ampliar o número de conexões via satélite, que tornam mais confiável o contato com as turmas de operação, além da aquisição e instalação de novos relés digitais, equipamentos bastante versáteis,

que permitem análises remotas de dados, subsidiando ações preventivas no intuito de evitar interrupções no fornecimento de energia.

No mesmo sentido, cabe ressaltar a introdução de um novo padrão de construção de redes aéreas compactas isoladas, para aplicação em áreas urbanas, que possibilita melhor convivência com a arborização.

5.2. ATENDIMENTO AO CLIENTE

Procurando estar sempre ao lado do cliente, a COELBA mantém uma estrutura de atendimento que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pela empresa, tais como:

- Agências – Ampliamos o número de Agências de 41 para 46, sendo 11 na capital e 35 nos municípios pólo do Estado, contemplando o Bairro Uruguai em Salvador, os Municípios de Luiz Eduardo Magalhães, Dias D'Avila, Vitoria da Conquista e Feira de Santana com mais uma Agencia, ampliações das instalações das Agências de Simões Filho, Ipiaú, Senhor do Bonfim, Barreiras, Liberdade, Iguatemi e Vitória Center. Ampliamos também o número de Agências Móveis, agora contamos com 08 agências, 02 atendendo na Região Metropolitana, uma atendendo a Regional de Feira de Santana e novas Agências para Regional de Juazeiro, Regional de Itabuna, Regional de Camaçari, Regional de Eunápolis e Regional de Vitória da Conquista. O sistema de gestão e acompanhamento do atendimento nas agências, que monitora os serviços solicitados, o tempo e a qualidade do atendimento, permite o acompanhamento à distância de todo o fluxo de atendimento e desempenho de cada agência e atendente, contribuindo para que haja uma evolução na qualidade percebida pelo consumidor. Buscando a melhoria contínua da qualidade do atendimento, aumentamos em 42 o número de atendentes, reforçando a equipe em todas as agências regionais, reduzindo o tempo de espera e uma maior satisfação dos clientes.

- Coelba Serviços - A COELBA está presente em toda sua área de concessão (415 municípios baianos), nos municípios onde não temos Agências Próprias, contamos com o atendimento através da rede credenciada Coelba Serviços, com 1.054 estabelecimentos credenciados de arrecadação, sendo que 447 associam a arrecadação de faturas com o atendimento comercial. Implantamos em toda a rede credenciada de Atendimento, o atendimento personalizado e exclusivo para o cliente COELBA, sendo acompanhado através de monitorias e sistema de controle dos Tempos de Espera pelo cliente. O projeto de atendimento no credenciado via internet foi ampliado para 86 estabelecimentos via Portal do Credenciado, ferramenta desenvolvida para possibilitar atendimento online para os serviços mais procurados, dotando a rede de mais autonomia e facilidade para o atendimento ao cliente.

- Teleatendimento – Ampliamos de 144 para 170 posições a central de teleatendimento, que recebeu mais de 6 milhões de chamadas com um tempo médio de atendimento de 224 segundos, se posicionando entre as maiores centrais de teleatendimento de empresas de energia elétrica do país.

- "Site" (www.coelba.com.br) – Reestruturamos o site COELBA, com nova diagramação e maior facilidade de acesso e navegabilidade, criando um portal de serviços, facilitando ao cliente a identificação dos serviços oferecidos. Ampliamos dentro dos serviços oferecidos, o certificado de quitação de débitos, a reclamação de falta de energia, a solicitação de ligação nova e a troca de titularidade. Foram registrados mais de 7 milhões de serviços concretizados. O projeto do portal imobiliário foi reformulado permitindo ao

corretor de imóvel cadastrado, acesso aos serviços de troca de titularidade e nova ligação, agilizando o atendimento para este segmento que apresenta uma demanda significativa para estes dois serviços, reduzindo custos e desafogando o atendimento presencial na região metropolitana.

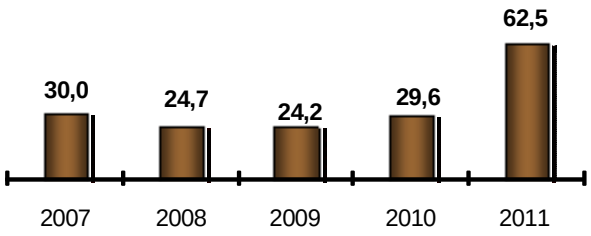
- Implantação de mais um canal de atendimento, o serviço gratuito de **SMS** para registro de falta de energia, desde Outubro/2011, como forma de facilitar o acesso do cliente para o registro da ocorrência de falta de energia, possibilitando o envio e recebimento do protocolo de sua reclamação, de forma ágil e confiável. Registramos mais de 4 mil solicitações desde a implantação desse canal de atendimento.

- Disponibilização de mais um canal de atendimento, através da ferramenta MOBILE. O novo canal de atendimento com o endereço **m.coelba.com.br**, possibilita que os clientes possuidores de smartphone e i-phone, acessem os serviços de Via para Pagamento, Falta de Energia, Religação e Fale Conosco.

- Atendimento Clientes Corporativos - Através de especialistas no negócio de energia na capital e no interior é prestado um atendimento diferenciado e personalizado para mais de 10 mil parceiros de negócios, correspondente a cerca de 46,5 mil contas-contratos. Esses clientes representam aproximadamente 50% do consumo e 42% do faturamento total da COELBA. Fazem parte deste grupo os clientes dos poderes públicos (Federal, Estadual e da Prefeitura de Salvador), do mercado livre, e os mais de 7 mil contratos do Grupo A, entre outros.

O crescimento do número de reclamações procedentes em 2011 foi resultante das modificações no processo de apuração com o objetivo da uniformização do procedimento de registro de reclamações em todas as distribuidoras do país, visando à certificação exigida pelo órgão regulador e permitir a comparação, na mesma base, dos indiciadores de duração e freqüência das reclamações entre todas as distribuidoras.

Número de Reclamações - Em mil



6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.1. INDICADORES EMPRESARIAIS

	2007	2008	2009	2010 (a)	2011	Variação 2011/2010
Dados Econômico-Financeiros						
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	4.453.619	4.655.857	5.577.484	6.239.476	7.046.131	12,9%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	2.894.515	3.115.104	3.996.126	4.394.324	4.967.359	13,0%
EBITDA (R$ mil)	1.264.999	1.217.185	1.270.980	1.337.644	1.281.943	-4,2%
Lucro antes Result. Financeiro e Impostos(R$ mil)	1.069.502	1.032.603	1.094.287	1.133.571	1.046.095	-7,7%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(125.443)	-79.093	-27.207	-18.668	-178.592	856,7%
Lucro Líquido (R$ mil)	647.416	814.805	887.625	945.719	750.490	-20,6%
Ativo Total (R$ mil)	4.531.041	4.235.938	4.757.880	5.372.695	6.137.842	14,2%
Investimentos (R$ mil)	909.131	631.019	804.742	976.550	1.046.577	7,2%
Dívida Bruta (R$ mil)	1.725.584	1.603.321	1.468.738	2.082.078	2.715.003	30,4%
Dívida Líquida (R$ mil) **(b)**	1.078.229	1.195.893	1.166.933	1.911.810	2.446.982	28,0%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	1.500.184	1.631.205	2.120.467	2.376.713	2.297.937	-3,3%
Indicadores Econômico-Financeiros						
Margem EBITDA **(c)**	43,7%	39,1%	31,8%	30,4%	25,8%	- 4,6 p.p
Margem EBIT	36,9%	33,1%	27,4%	25,8%	21,1%	-4,7 p.p
Margem Líquida	22,4%	26,2%	22,2%	21,5%	15,1%	-6,4 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	10,08	15,39	46,72	71,65	7,18	-90,0%
Dívida Líquida/EBITDA **(d)**	0,85	0,98	0,92	1,43	1,91	33,6%
Índice de Endividamento Líquido	41,8%	42,3%	35,5%	44,6%	51,6%	7,0 p.p
Ações						
Valor Patrimonial da Ação (R$ lote de mil ações)	7,97	8,67	11,27	12,63	12,21	-3,31%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	3,44	4,33	4,72	5,03	3,99	-20,6%
Distribuição de Dividendos e JSCP (R$ mil)	646.201	655.789	739.377	779.355	607.431	-22,1%

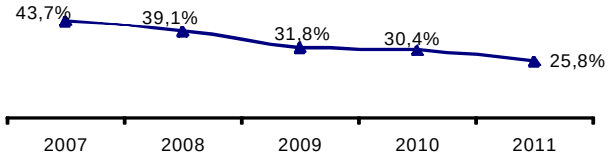
(a) Os resultados de 2010 foram reclassificados principalmente para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade.
(b) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários.
(c) A ROL de 2009, 2010 e 2011, utilizada no cálculo da margem EBITDA, está aumentada pela receita de construção de acordo com o CPC 17, tendo esse efeito contribuído para a redução da margem % sem entretanto, ter efeito no valor do EBITDA.
(d) EBITDA 12 meses.
p.p - Pontos Percentuais.

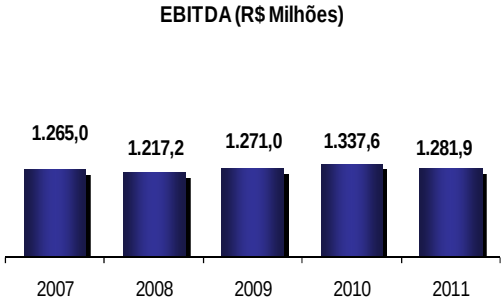
A COELBA encerrou o exercício de 2011 com uma receita operacional bruta de R$ 7.046,1, representando um acréscimo de 12,9% em relação a 2010 (R$ 6.239,5). Este resultado é atribuído ao reajuste tarifário de 13,12% e crescimento das vendas de energia (+ 458 GWh) ocasionado pela expansão do número de clientes.

A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	2011	2010	Var. %
Lucro Líquido	**750.490**	**945.719**	**-20,6%**
Amortização ágio e reversão PMIPL	18.884	18.895	-0,1%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	98.129	150.289	-34,7%
Resultado Financeiro	178.592	18.668	856,7%
Resultado Alienação/Desativação Bens e Direitos	1.646	(1.969)	-183,6%
Depreciação e amortização	234.202	206.042	13,7%
EBITDA	**1.281.943**	**1.337.644**	**-4,2%**

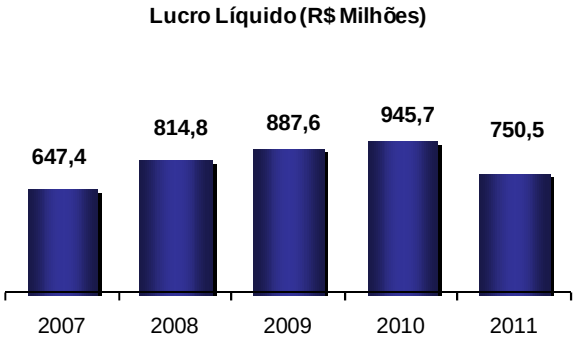
Em 2011, a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA foi inferior e totalizou R$ 1.281,9 milhões, redução de 4,2% em relação aos R$ 1.337,6 milhões apurado no ano anterior. Essa variação é explicada principalmente pelo crescimento das despesas com provisão para devedores duvidosos em função das mudanças promovidas pela Resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições ao corte de consumidores, além da perda da condição de baixa renda de 1,2 milhão de consumidores que não efetuaram o cadastramento nos prazos legais, exigindo da Companhia um esforço acentuado no processo de cobrança e no reconhecimento de novas provisões.





O resultado financeiro acumulado em 2011 foi uma despesa líquida de R$ 178,6 milhões, 856,7% inferior em relação ao resultado apresentado em 2010 (R$ 18,7 milhões). Essa variação é explicada, principalmente, pelo registro não recorrente da reversão de R$ 69,6 milhões referente aos valores recolhidos de PIS/COFINS incidentes sobre receitas financeiras (alargamento da base de cálculo), determinado pela Lei nº. 9.718/98, e julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Desconsiderando este efeito não recorrente em 2010, o resultado financeiro seria inferior em R$ 90,3 milhões influenciado basicamente pelo aumento dos encargos de dívidas, resultado do crescimento no nível de endividamento da companhia em 30,4%, pelo aumento do CDI e pelo crescimento de outras despesas financeiras.

O lucro líquido apurado em 2011 foi de R$ 750,5 milhões, inferior ao registrado no ano de 2010 em 20,6%, basicamente em função do crescimento das despesas com provisão para devedores duvidosos, mencionado na análise da variação do EBTIDA e pelo menor Resultado Financeiro.



6.2. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos e derivativos, totalizou R$ 2.715,0 milhões, 30,4% maior que em 2010 (R$ 2.082,1 milhões), sendo que R$ 14,6 milhões referem-se a custos de transação apropriados no passivo e

diferidos durante os prazos das operações contribuindo para a redução do saldo da dívida, e R$ 1,6 milhão referem-se aos ajustes a valor justo das dívidas e derivativos de acordo com os pronunciamentos CPC/CVM. O indicador financeiro Dívida/EBITDA passou de 1,56 em 2010 para 2,12 em 2011. A dívida líquida da COELBA (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o ano de 2011 com R$ 2.447,0 milhões, 28,0% acima dos R$ 1.911,8 milhões registrados em 2010. O indicador Dívida Líquida/EBITDA em 2011 foi de 1,91 contra 1,43 realizado em 2010.

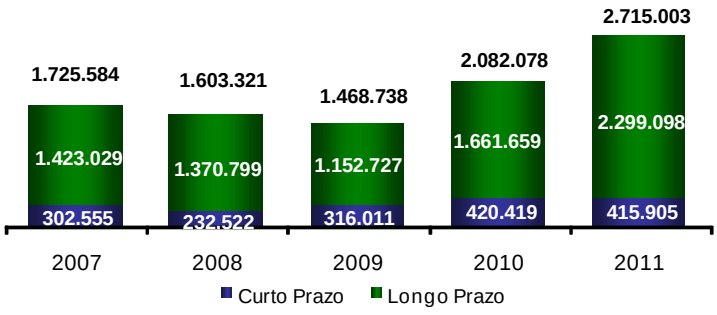
Em abril de 2011, a COELBA efetuou captação de recursos no mercado internacional, por meio da emissão de notas no exterior (bonds em reais) no montante de R$ 400 milhões, com vencimento em 27 de abril de 2016 e juros de 11,75% a.a com pagamento semestral.

Para fazer frente aos programas de investimentos, a COELBA mantém como estratégia obter financiamentos de longo prazo com bancos e agências de fomento, visando obter recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. Em 2011, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP liberaram financiamentos de R$ 319,6 milhões, R$ 243,5 milhões e R$ 7,0 milhões, respectivamente, para a COELBA, referente aos investimentos realizados em 2010 e 2011.

Parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos são financiados através da Reserva Global de Reversão – RGR, recursos liberados pela Eletrobrás, que no ano de 2011 foi de R$ 5,0 milhões.

A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo.

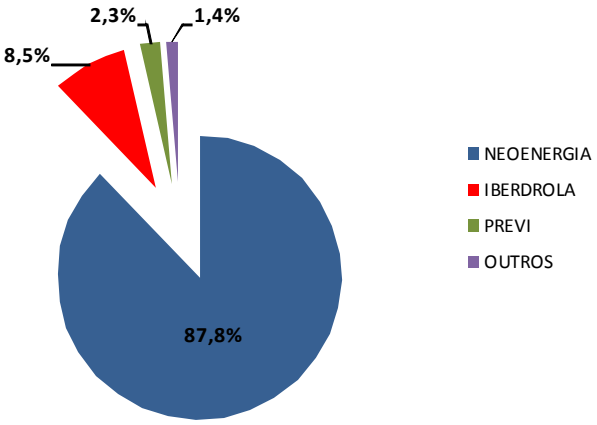
Evolução do Endividamento Bruto - R$ Mil



7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social integralizado da COELBA, de R$ 542,1 milhões, é representado por 188,1 milhões de ações, sendo 109,3 milhões ordinárias (ON), 19,5 milhões preferenciais tipo “A” (PNA) e 59,3 milhões preferenciais tipo “B”. Desse total, 87,8% das ações pertencem à controladora Neoenergia, 8,5% pertencem ao grupo espanhol Iberdrola, 2,3% ao Fundo de Pensão PREVI e 1,4% aos demais acionistas não controladores.



7.2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

No intuito de prestar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e rapidez, dentro da legislação pertinente e das regras que regulam o setor, a COELBA adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "rating" e instituições reguladoras, sempre de acordo com as boas práticas de governança corporativa.

A COELBA disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, "e-mail" (ri@coelba.com.br), no "site" corporativo (www.coelba.com.br – "link" Relações com Investidores) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões individuais do tipo "one-to-one" com as principais instituições de relacionamento e divulga Relatórios de Acompanhamento e "webconferences" trimestrais com os principais números de cada empresa e do Grupo consolidado.

7.3. DIREITO DOS ACIONISTAS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS E JSCP

A COELBA possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido após constituição de 5% de reserva legal. Além disso, no estatuto social da empresa está determinado que as ações preferenciais tenham direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. A distribuição de dividendos intermediários ou intercalares é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

O estatuto social da COELBA menciona também que o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Em 2011 foram pagos R$ 743,7 milhões a título de dividendos, sendo R$ 471,0 milhões relativos ao exercício findo em 2010 e R$ 272,7 milhões aos dividendos intermediários de 2011. Foi pago também como juros sobre capital próprio o valor de R$ 83,8 milhões relativos ao exercício de 2011 e R$ 26,3 milhões de 2010, perfazendo o montante de R$ 853,8 milhões como remuneração total aos acionistas.

7.4. AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

Para garantir os princípios básicos de governança corporativa, a Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração que aprova e define o seu plano de trabalho. A equipe de Controles Internos acompanha o cumprimento das recomendações das Auditorias Interna e Externa.

Em 2008, foi implantado um processo que permite, ao longo do ano, avaliar, documentar e testar os controles internos que respaldam as demonstrações contábeis. Em 2010 foram implementados novos controles e revisados os existentes, alinhado aos requerimentos da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX"). Ainda neste ano, com a implantação do sistema SAP-CCS foi realizado novo mapeamento dos processos envolvidos para respaldar os trabalhos de SOX. Este processo contínuo trouxe vantagens como: melhorias no ambiente geral de controles, gerenciamento dos riscos e aumento da transparência nas divulgações ao mercado.

No exercício de 2011, em decorrência da implantação do sistema SAP-CCS foi realizada uma extensa revisão no Processo de Receita, garantindo assim, a devida análise de riscos e definição dos controles mitigatórios.

7.5. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

O Conselho de Administração é composto por seis membros sendo cinco deles representantes dos acionistas controladores e um deles representante dos empregados, cujos mandatos são de dois anos. Cabe ao Conselho determinar a política geral dos negócios da Companhia e supervisionar sua administração, eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar orçamentos anuais e de investimentos.

O Conselho Fiscal é composto por quatro membros, sendo três deles representantes dos acionistas controladores e um representante dos acionistas preferencialistas não controladores.

7.6. CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética do Grupo Neoenergia tem como finalidade ser uma referência para a conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores, baseada em valores e princípios que sustentarão o alcance da missão e visão da COELBA. Para garantir o cumprimento do Código de Ética e a avaliação dos casos de violação, existe o Comitê de Ética da COELBA que realiza reuniões periódicas para discutir as ocorrências. O Código de Ética foi elaborado em consonância as exigências da Lei Sarbanes-Oxley e está disponível na home page da empresa (www.coelba.com.br).

8. GESTÃO DE PESSOAS

A COELBA propicia a ampliação dos conhecimentos, integração e subsídios para gestão das competências individuais e institucionais, visando à satisfação dos seus colaboradores, acionistas, parceiros e comunidades. Foram desenvolvidas ações de melhorias para potencializar o desenvolvimento dos colaboradores nos quais destacamos a realização do Programa de Gestão de Desempenho - PGD, Programa de Ampliação do Conhecimento, Qualificação de mão-de-obra para o Programa Luz para Todos, Mapeamento dos Ativos Intangíveis, Gestão de Clima Organizacional, Programa de Preparação para Aposentadoria -

denominado “Meu Momento”, Programa de Desenvolvimento de Liderança - PDL, Programa de Sucessão além da continuidade de programas de desenvolvimento de pessoas.

8.1. SAÚDE E SEGURANÇA

A Gestão de Saúde e Segurança do trabalho tem sido cada vez mais valorizada no planejamento estratégico da COELBA, em consonância com a legislação vigente e políticas do Grupo Neoenergia, visando preservar a saúde e integridade física de empregados próprios, das Empresas Prestadoras de Serviços e da comunidade em geral.

A COELBA, ciente das suas responsabilidades com a sociedade a qual serve e participa, assegura seu compromisso com a saúde e segurança da força de trabalho e população baiana, promovendo a melhoria contínua do sistema de gestão e consolidando uma cultura de prevenção.

O Programa Energia da Vida reforça este conceito, pois contempla ações nas áreas de segurança, saúde e qualidade de vida - possibilitando que a empresa alcance resultados positivos no desenvolvimento das suas atividades.

As novas tecnologias de segurança e a capacitação profissional, nos aspectos técnicos e comportamentais, propiciam melhor desempenho dos empregados e otimização dos processos, contribuindo para redução dos índices de acidentalidade.

Dentre as principais ações desenvolvidas no exercício de 2011, destacamos:Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; Constituição e Coordenação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA; I Encontro dos Profissionais de Segurança do Grupo Neoenergia; Palestras e Reuniões de Segurança; Inspeções e Mutirões de Segurança; Formação de Brigadistas e Planos de Emergência; Programa Energia Segura (Historias em Quadrinhos); Recepções, Auditorias e VIII Seminário de Saúde e Segurança para EPS; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; Exames Médicos Periódicos; Feiras de Saúde; Ginástica Laboral; Massagem Terapêutica; Programa de Reeducação Alimentar; Clube de Corrida; Campanhas de Vacinação da Gripe, Tríplice Viral, Difteria e Tétano; Campanhas Educativas de Promoção à Saúde: Combate a Dengue, Saúde do Coração, Ergonomia, Saúde do Homem, Uso da Vacina como Prevenção de Doenças Infecciosas e AIDS.

8.2. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Foram realizados em 2011, 331 eventos de treinamento, sendo 60,42% para empregados próprios e 39,6% para prestadores de serviços. Estes eventos, que totalizaram 185.923 horas de participações, fizeram parte de uma série de programas de treinamento, seminários, palestras e cursos nas áreas técnica/operacional, administrativo/financeira e gerencial, que foram direcionados para empregados próprios, terceirizados e jovens de comunidades carentes, estruturados através dos seguintes programas: Programa de Desenvolvimento de Cargos Funcionais – PDCF, Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL, Programa de Educação Continuada – PEC, Programa de Capacitação de empregados de EPS e Programa com foco na Educação para Comunidades. Dentre esses programas, vale destacar o PDL que passou a ter a parceria com a Fundação Dom Cabral, proporcionando a formação dos líderes e potenciais através de trilhas de conhecimento estruturadas para cada pipeline de liderança.

Em 2011, a COELBA deu continuidade ao Programa de Sucessão através dos Comitês de Desenvolvimento de Pessoas (CDP), que visam consolidar o desenvolvimento funcional e comportamental dos profissionais identificados para posições de liderança na Organização. Este programa busca uma maior qualificação e alinhamento das lideranças com os valores da Organização, na retenção de talentos e no investimento em formação dos colaboradores potenciais.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A COELBA, através do seu programa de responsabilidade social, Energia para Crescer, materializa o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia e fortalecer a relação com as suas partes interessadas. O programa segue o modelo da Agenda de Responsabilidade Social Empresarial do Instituto Ethos, que considera sete temas de atuação: Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores e Clientes; Comunidade; Governo e Sociedade. A educação, o meio ambiente, a cultura e os projetos ligados à distribuição de energia elétrica são focos de atuação junto às comunidades. É por meio do Programa Energia para Crescer que a Coelba cumpre seu papel de agente de transformação e contribui para a sustentabilidade da sociedade. No ano os investimentos sociais da empresa somaram R$ 818,4 milhões.

9.1. PROJETOS LIGADOS À ENERGIA ELÉTRICA

Em 2011, a COELBA, através do Programa Luz para Todos, ligou 39.888 novos clientes, atingindo a marca de 468.734 ligações realizadas na Bahia desde a sua implantação em 2004, trazendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas. Outro projeto relacionado à energia elétrica o Vale Luz que permite a troca de materiais recicláveis do resíduo doméstico por descontos na conta de energia elétrica. O projeto desenvolve a consciência ecológica e possibilita a redução do valor da conta de energia elétrica através de créditos recebidos pelos clientes cadastrados. O projeto, que existe desde 2008, já reciclou 91,97 toneladas de resíduos. Em 2011, foram recicladas 28,33 toneladas de resíduos.

9.2. PROJETOS EDUCACIONAIS

Em 2011 a COELBA investiu em projetos educacionais, com destaque para o Programa Educação pela Arte, realizado em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Há seis anos, o programa beneficia jovens da Associação Pracatum e do Instituto Oyá. Outro projeto importante desenvolvido no ano foi o “Energia Amiga” que tem o foco nos temas Segurança e Uso Eficiente da Energia Elétrica para crianças e adolescentes das escolas das redes pública e privada em todo o estado. O programa Energia Amiga busca desenvolver uma nova consciência sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica. As ações do programa são adotadas tendo como base uma metodologia que permite que a população (inclusive o público infanto-juvenil) possa conhecer os riscos que a energia elétrica oferece quando utilizada de maneira incorreta. A divulgação é feita através de palestras com profissionais capacitados, com a distribuição de desenhos animados, tirinhas educativas, revistas em quadrinhos e panfletos informativos. Durante o ano, foram realizadas 234 palestras, contemplando 7.071 pessoas.

A COELBA mantém há 18 anos o projeto Jovem Aprendiz, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional de menores carentes. Em 2011, foram beneficiados 71 jovens. Para os profissionais da empresa, dentre outros projetos, a empresa contribui com um percentual

para o pagamento de cursos de graduação e pós-graduação. Durante o ano, foram investidos R$ 471 mil beneficiando 217 colaboradores.

Ainda em 2011, a COELBA deu continuidade ao projeto Educação com Energia na capital e em cidades do interior da Bahia, abrangendo Salvador, Itabuna e Cachoeira. O projeto é direcionado para alunos de escolas da rede estadual e comunidade, através de apresentações realizadas na Unidade Móvel Educativa demonstrando de forma interativa a importância das ações de combate ao desperdício de energia elétrica e as formas de uso eficiente. Nesse ano foram beneficiadas 123 escolas e um público atendido de 24.554 pessoas com investimento de R$ 494 mil.

9.3. PROJETOS CULTURAIS

No ano de 2011 a COELBA investiu através da Lei Audiovisual mais de R$ 2,6 milhões em projetos nas áreas de literatura e cinema. Merecem destaques os patrocínios dos filmes “O Palhaço”, “Meu País” e “Grande Killapy” que estrearam em 2011. Estão previstos para exibição em 2012 os filmes “A Montanha”, “O Velho Marinheiro” e “O Vendedor de Passados”. Através do Fazcultura a empresa patrocinou o evento junino Arraiá da Capitá, que valoriza a tradição cultural das festas de São João que acontecem no Estado.

9.4. PROJETOS AMBIENTAIS

A COELBA realizou como cumprimento de condicionante ambiental do empreendimento LD 138kV Itabuna II – Ilhéus o monitoramento das populações de mico-leão-da-cara-dourada, na área de influência direta do empreendimento, em parceria com o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB). O objetivo do monitoramento foi o estabelecimento das populações de mico-leão na região, bem como acompanhar a dinâmica destas populações, durante e após a implantação da LD. Dentre os resultados preliminares, no período de dois meses foram realizados quatro avistamentos e três registros de vocalização. Pelas características e condições da região do monitoramento, estima-se que exista uma população de 20 a 30 grupos familiares do primata, ou seja, aproximadamente 100 a 150 micos-leões-da-cara-dourada. O investimento deste projeto é de R$ 32 mil.

Em 2011, a COELBA também iniciou o processo de restauração numa área com aproximadamente dois hectares, as margens do rio Joanes, na Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes-Ipitanga, no município de Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador. Foram plantadas 2.500 mudas, com uma diversidade de 40 espécies nativas, oriundas do bioma Mata Atlântica, incluindo algumas frutíferas. A manutenção da área ocorrerá por um período de dois anos e possibilitará o controle dos tratos culturais necessários e o sucesso da restauração. Para a execução deste projeto a COELBA investiu aproximadamente R$ 85 mil.

10. RECONHECIMENTOS

Em 2011 a COELBA obteve o reconhecimento da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB para o Projeto Energia Verde e do Instituto Mais para o Projeto Vale Luz. Também em 2011, a COELBA recebeu o prêmio Empresa Inovadora, na 3ª edição do Prêmio Inventor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o trabalho de P&D que resultou no licenciamento de tecnologia para produção de cruzetas de madeira oriundas de florestas plantadas de eucalipto.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM no. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL e de contratos de financiamentos, por um período de 1 (um) ano, iniciado em maio de 2011. A Ernst & Young desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

12. AGRADECIMENTOS

A COELBA agradece aos seus acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor pela confiança depositada no ano de 2011 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

Salvador, 25 de janeiro de 2012

A Administração

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	180.756	101.277
Contas a receber de clientes e outros	5	923.069	881.317
Títulos e valores mobiliários	6	34.667	68.991
Impostos e contribuições a recuperar	7	108.237	133.819
Estoques		10.481	8.014
Despesas pagas antecipadamente		3.669	2.281
Entidade de previdência privada	32	6.156	-
Serviços em curso		44.958	32.666
Outros ativos circulantes	9	38.688	78.512
TOTAL DO CIRCULANTE		**1.350.681**	**1.306.877**
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	256.602	310.691
Títulos e valores mobiliários	6	52.598	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	58.794	56.972
Impostos e contribuições diferidos	10	74.753	49.517
Coligadas e controladora		211	138
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	8	208.586	227.469
Depósitos judiciais	11	139.809	170.352
Entidade de previdência privada	32	35.119	39.340
Outros ativos não circulantes	9	8.075	11.853
Outros investimentos		12.117	10.859
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	659.635	443.965
Intangível	13	3.280.862	2.744.662
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**4.787.161**	**4.065.818**
ATIVO TOTAL		**6.137.842**	**5.372.695**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	395.410	335.755
Empréstimos e financiamentos	15	312.973	205.032
Debêntures	16	102.932	215.387
Salários e encargos a pagar	17	33.326	30.656
Taxas regulamentares	18	52.454	65.049
Impostos e contribuições a recolher	19	132.903	115.803
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	31.247	29.177
Provisões	21	18.403	15.879
Outros passivos circulantes	22	180.056	122.002
TOTAL DO CIRCULANTE		**1.259.704**	**1.134.740**
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	25.397	6.349
Empréstimos e financiamentos	15	2.026.566	1.298.582
Debêntures	16	272.532	363.077
Taxas regulamentares	18	30.787	18.700
Impostos e contribuições a recolher	19	3.183	3.775
Impostos e contribuições diferidos	10	84.267	66.720
Provisões	21	109.361	93.221
Entidade de previdência privada		1.688	1.882
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	1.694
Outros passivos não circulantes	22	24.018	7.242
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**2.580.201**	**1.861.242**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		725.568	647.539
Outros resultados abrangentes		48.065	19.862
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		284.091	469.099
Total do patrimônio líquido		**2.297.937**	**2.376.713**
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.297.937**	**2.376.713**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		**6.137.842**	**5.372.695**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2011	31/12/2010
RECEITA BRUTA	24	**7.046.131**	**6.239.476**
(-) Deduções da receita bruta	25	(2.078.772)	(1.845.152)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**4.967.359**	**4.394.324**
Custo do serviço	26	(3.410.513)	(2.902.851)
LUCRO BRUTO		**1.556.846**	**1.491.473**
Despesas com vendas	26	(313.978)	(209.425)
Despesas gerais e administrativas	26	(196.773)	(148.477)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**1.046.095**	**1.133.571**
Resultado financeiro		(178.592)	(18.668)
Receita financeira	27	310.854	336.687
Despesa financeira	27	(489.446)	(355.355)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		**867.503**	**1.114.903**
Imposto de renda e contribuição social		(117.013)	(169.184)
Corrente		(264.154)	(293.840)
Diferido		22.965	(22.813)
Incentivo SUDENE		143.060	166.364
Amortização do ágio e reversão PMIPL		(18.884)	(18.895)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**750.490**	**945.719**
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		3,87	4,79
Preferencial A		3,87	4,79
Preferencial B		4,25	5,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro do exercício	**750.490**	**945.719**
Outros resultados abrangentes		
Ajustes ativos financeiros da Concessão	42.732	34.709
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	(14.529)	(11.801)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**28.203**	**22.908**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**778.693**	**968.627**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		Reserva de Capital			Reservas de Lucros							
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2009	542.163	18.569	339.052	340.429	307.264	108.433	65.069	90	(3.046)	-	402.444	2.120.467
Distribuição de Reservas de Lucros												-
Reversão de dividendos prescritos								319				319
Aprovação da proposta de dividendos adicional											(324.215)	(324.215)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	**319**	-	-	**(324.215)**	**(323.896)**
												-
Lucro Líquido do Exercício										**945.719**		**945.719**
												-
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	**22.908**	-	-	**22.908**
												-
Destinações:												-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE					166.364					(166.364)		-
Juros sobre capital próprio (Nota 20)										(106.832)		(106.832)
Dividendos intermediários (Nota 20)										(281.653)		(281.653)
Dividendos propostos										(390.870)	390.870	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**542.163**	**18.569**	**339.052**	**340.429**	**473.628**	**108.433**	**65.069**	**409**	**19.862**	**-**	**469.099**	**2.376.713**
Distribuição de Reservas de Lucros							(65.069)				65.069	-
Reversão de dividendos prescritos								39				39
Aprovação da proposta de dividendos adicional											(469.099)	(469.099)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	**(65.069)**	**39**	-	-	**(404.030)**	**(469.060)**
												-
Lucro Líquido do Exercício										**750.490**		**750.490**
												-
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	**28.203**	-	-	**28.203**
												-
Destinações:												-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE					143.060					(143.060)		-
Juros sobre capital próprio (Nota 20)										(113.366)		(113.366)
Dividendos intermediários (Nota 20)										(275.043)		(275.043)
Dividendos propostos										(219.021)	219.021	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**542.163**	**18.569**	**339.052**	**340.429**	**616.688**	**108.433**	**-**	**448**	**48.065**	**-**	**284.090**	**2.297.937**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS		
Vendas de energia, serviços e outros	7.046.131	6.239.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(150.213)	(30.932)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(1.646)	1.969
	6.894.272	6.210.513
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.787.519)	(1.653.373)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(242.485)	(227.317)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.269.933)	(970.830)
	(3.299.937)	(2.851.520)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.594.335**	**3.358.993**
Amortização	(234.202)	(206.042)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**3.360.133**	**3.152.951**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	310.854	336.686
	310.854	336.686
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**3.670.987**	**3.489.637**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	124.692	117.700
Encargos sociais (exceto INSS)	31.507	25.453
Entidade de previdência privada	5.518	(5.757)
Auxílio alimentação	11.566	9.863
Convênio assistencial e outros benefícios	9.526	3.583
Férias e 13º salário	28.423	29.681
Plano de saúde	16.320	10.200
Indenizações trabalhistas	17.464	9.554
Participação nos resultado	20.964	13.296
Administradores	2.885	3.308
Encerramento de ordem em curso	3.834	2.254
(-) Transeferência para ordens	(80.956)	(79.233)
Subtotal	**191.743**	**139.902**
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	27.548	22.883
ICMS	1.177.999	1.037.019
PIS/COFINS sobre faturamento	564.112	513.236
Imposto de renda e contribuição social	117.013	169.184
Obrigações intra-setoriais	340.186	299.655
Outros	8.408	3.493
Subtotal	**2.235.266**	**2.045.470**
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	489.446	355.355
Aluguéis	4.042	3.192
Subtotal	**493.488**	**358.546**
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	113.366	106.832
Dividendos distribuídos	275.043	281.653
Dividendos propostos	219.021	390.870
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	143.060	166.364
Subtotal	**750.490**	**945.719**
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	**3.670.987**	**3.489.637**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	867.503	1.114.903
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	234.202	206.042
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	240.770	77.571
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	2.287	74.554
Valor residual do ativo intangível	5.240	4.700
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	39.036	24.845
Provisão para creditos de liquidação duvidosa	150.213	30.932
	1.539.251	**1.533.547**
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(137.876)	(211.644)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	33.417	(89.429)
Estoques	(2.467)	(2.680)
Depósitos judiciais	45.572	(28.962)
Despesas pagas antecipadamente	(1.388)	(105)
Entidade de previdência privada	557	(16.071)
Coligadas e controladas	(73)	112
Outros ativos	8.478	39.344
	(53.780)	**(309.435)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	78.703	17.279
Salários e encargos a pagar	2.670	(7.549)
Encargos de dívidas e swap pagos	(226.618)	(151.210)
Taxas regulamentares	(5.289)	(13.037)
Impostos e contribuições sociais a recolher	(100.505)	(144.108)
Indenizações/contingências pagas	(39.076)	(17.187)
Entidade de previdência privada	(194)	(114)
Outras passivos	74.829	41.937
	(215.480)	**(273.989)**
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.269.991**	**950.123**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	975.123	762.461
Captação de debêntures	-	80.274
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(165.061)	(173.123)
Amortização do principal de debêntures	(194.641)	(70.134)
Obrigações vinculadas	107.327	287.351
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital proprio	(855.438)	(1.004.186)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(132.690)**	**(117.357)**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Intangível	(1.046.577)	(976.550)
Títulos e valores mobiliários	(11.245)	27.732
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.057.822)**	**(948.818)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**79.479**	**(116.052)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	101.277	217.329
Caixa e equivalentes no final do exercício	180.756	101.277
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**79.479**	**(116.052)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - BASE DE CÁLCULO	2011 R$ mil	2010 R$ mil
Receita Líquida (RL)	4.967.360	4.394.324
Resultado Operacional (RO)	867.503	1.114.903
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	202.842	192.995
Valor Adicionado Total (VAT)	3.670.987	3.489.637

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)	2011 R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	2010 R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	10.179	5,02	0,20	0,28	9.039	4,68	0,21	0,26
Encargos sociais compulsórios	59.704	29,43	1,20	1,63	48.907	25,34	1,11	1,40
Previdência privada	7.924	3,91	0,16	0,22	8.567	4,44	0,19	0,25
Saúde	13.087	6,45	0,26	0,36	10.774	5,58	0,25	0,31
Segurança e saúde no trabalho	2.333	1,15	0,05	0,06	1.698	0,88	0,04	0,05
Educação	540	0,27	0,01	0,01	495	0,26	0,01	0,01
Cultura	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.527	0,75	0,03	0,04	2.116	1,10	0,05	0,06
Creches ou auxílio-creche	977	0,48	0,02	0,03	692	0,36	0,02	0,02
Esporte	14	0,01	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.601	0,79	0,03	0,04	906	0,47	0,02	0,03
Participação nos lucros ou resultados	20.964	10,34	0,42	0,57	13.296	6,89	0,30	0,38
Outros	1.664	0,82	0,03	0,05	232	0,12	0,01	0,01
Total - Indicadores sociais internos	**120.516**	**59,41**	**2,43**	**3,28**	**96.721**	**50,12**	**2,20**	**2,77**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2011 R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	2010 R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	951	0,11	0,02	0,03	1.356	0,12	0,03	0,04
Cultura	4.434	0,51	0,09	0,12	1.680	0,15	0,04	0,05
Projeto Faz Cultura	150	0,02	0,00	0,00	212	0,02	0,00	0,01
LeiRouanet	1.096	0,13	0,02	0,03	1.153	0,10	0,03	0,03
Lei Audiovisual	3.188	0,37	0,06	0,09	200	0,02	0,00	0,01
Fundo de Cultura	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Cine Coelba	-	0,00	0,00	0,00	115	0,01	0,00	0,00
Saúde e Saneamento	479	0,06	0,01	0,01	945	0,08	0,02	0,03
Esporte	90	0,01	0,00	0,00	5	0,00	0,00	0,00
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Social	651.519	75,10	13,12	17,75	381.039	34,18	8,67	10,92
Luz para Todos	376.343	43,38	7,58	10,25	270.005	24,22	6,14	7,74
Universalização	275.176	31,72	5,54	7,50	111.034	9,96	2,53	3,18
Outros	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	17.625	2,03	0,35	0,48	16.810	1,51	0,38	0,48
Outros	633	0,07	0,01	0,02	296	0,03	0,01	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	**675.731**	**77,89**	**13,60**	**18,41**	**402.131**	**36,07**	**9,15**	**11,52**
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	1.988.714	229,25	40,04	54,17	1.870.401	167,76	42,56	53,60
Total - Indicadores sociais externos	**2.664.445**	**307,14**	**53,64**	**72,58**	**2.272.532**	**203,83**	**51,72**	**65,12**

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	2011 R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	2010 R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa								
Manejo da vegetação	17.110	1,97	0,34	0,47	9.906	0,89	0,23	0,28
Substituição de equipamentos	14.475	1,67	0,29	0,39	5.235	0,47	0,12	0,15
Reciclagem de óleo	379	0,04	0,01	0,01	158	0,01	0,00	0,00
Licenciamento ambiental	3.145	0,36	0,06	0,09	2.405	0,22	0,05	0,07
Rede compacta ou isolada	15.678	1,81	0,32	0,43	24.883	2,23	0,57	0,71
Educação ambiental	54	0,01	0,00	0,00	124	0,01	0,00	0,00
Energia solar fotovoltaíca	724	0,08	0,01	0,02	20.382	1,83	0,46	0,58
Sistema de Gestão Ambiental	-	0,00	0,00	0,00	429	0,04	0,01	0,01
Outros projetos ambientais	322	0,15	0,01	0,01	288	0,15	0,01	0,01
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	**51.887**	**5,98**	**1,04**	**1,41**	**63.809**	**5,72**	**1,45**	**1,83**
Investimento em programas e/ou projetos externos								
Pesquisa e Desenvolvimento	1.240	0,14	0,02	0,03	1.378	0,12	0,03	0,04
Eficientização Energética	27.592	3,18	0,56	0,75	55.253	4,96	1,26	1,58
Educação ambiental para comunidade	824	0,09	0,02	0,02	1.135	0,10	0,03	0,03
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	292	0,03	0,01	0,01	93	0,01	0,00	0,00
Outros	8	0,00	0,00	0,00	5	0,00	0,00	0,00
Total dos investimento em programas e/ou projetos externos	**29.955**	**3,45**	**0,60**	**0,82**	**57.864**	**5,19**	**1,32**	**1,66**
Total dos investimentos em meio ambiente	**81.842**	**9,43**	**1,65**	**2,23**	**121.673**	**10,91**	**2,77**	**3,49**

	2011	2010
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1	18
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	3	4.205
Passivos e contingências ambientais.	0	0
Quanto ao estabelecimento de **meta anuais** para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, ( ) Cumpre de 51 a 75%, (x) Cumpre de 76 a 100%	( ) Não possui Metas, ( ) Cumpre de 0 a 50%, ( ) Cumpre de 51 a 75%, (x) Cumpre de 76 a 100%

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	2.533	2.541
Nº de admissões durante o período	219	234
Nº de desligamentos durante o período	227	231
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	12.445	11.977
Nº de estagiários(as) (1)	216	224
Nº de empregados acima de 45 anos	1.409	1.561
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	0	0
de 18 a 35 anos	900	790
de 36 a 60 anos	1.597	1.720
acima de 60 anos	36	31
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	0	0
com ensino fundamental	197	232
com ensino médio	609	198
com ensino técnico	732	1.125
com ensino superior	810	801
pós- graduados	185	185
Nº de empregados por sexo:		
homens	1.981	1.981
mulheres	552	560
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	78%	79%
mulheres	22%	21%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.080	2.080
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	66%	68%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	65	67
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	126.769	124.094
Administradores	4.437	4.339

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2011			2010		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	32			49		
Nº total de acidentes de trabalho	18			27		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) (X) Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) (X) Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva

	2011	2010
Contencioso Cível:		
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	129.231	175.688
no procon	1.316	1.555
na justiça	12.602	8.861
% das reclamações e críticas solucionadas:		
na empresa	98%	90%
no procon	87%	90%
na justiça	62%	63%

Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça: 16.262 | 7.571

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:

1 - Contagem do prazo de 15 dias para suspensão do fornecimento pela data da apresentação da fatura e não da emissão da mesma
2 - Alteração nas planilhas dos processos de irregularidade no SAP/CCS;
3 - Procedimento para aplicação de sazonalidade para consumidores não industrial;
4 - Suspensão de cobrança de diferença de consumo para consumidor regular com derivação do ramal para terceiros;
5 - Orientação para classificação correta de Quadra de Esportes do poder público;
6 - Contratação de consultoria para diagnosticar e propor melhorias do processo de RDE, Irregularidade e Qualidade do Fornecimento.

Observações:
(1) - Os valores que compõem os indicadores sociais internos abrangem os colaboradores e os administradores. Não possuímos os valores de terceirizados e autônomos.

Contigências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	1.330	1.011
julgados procedentes	450	298
julgados improcedentes	75	78
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	23.177	9.554
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2011: 3.670.987	Em 2010: 3.489.637
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60,89% governo 5,22% colaboradores(a) 16,55% acionistas 13,44% terceiros 3,90% Reserva SUDENE 0%Retido	58,62% governo 4,01% colaboradores(a) 22,33% acionistas 10,27% terceiros 4,77% Reserva SUDENE 0%Retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ:15.139.629/0001-94, setor energético - BA.
Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: André Luiz Margalhão Gondim, tel:(71) 3370-5141, e-mail: agondim@coelba.com.br
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, controlada pela NEOENERGIA S/A ("NEOENERGIA"), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianápolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgado pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulado pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 08 de agosto de 1997 e aditivos , com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 23 de janeiro de 2012.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/10	
	Balanço Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo Circulante		
Contas a Receber	883.386	881.317
Outros ativos circulantes	110.549	78.512
Serviços em Curso	-	32.666
Passivo Não Circulante		
Outros passivos não circulantes	8.682	7.242

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira que não sejam instrumento de hedge ou objeto de hedge, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio liquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

Notas Explicativas

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 23).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributaria.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo intangível (concessão), outros créditos e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de hedge.

Notas Explicativas

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Notas Explicativas

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.
Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumento de hedge.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.
A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 30).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de hedge (*hedge accounting*), a Companhia classifica os hedges como hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Notas Explicativas

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

A Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

2.8 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores justos.

2.9 – Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Notas Explicativas

2.10 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

2.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 – Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada cinco anos (próxima revisão prevista para abril de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

2.14 – Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 13).

2.15 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.
De acordo com o preconizado no CPC 38, as obrigações em moeda estrangeira são consideradas como itens objeto de hedge (*hedge accounting*), e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC´s 04 – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.16 – Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Notas Explicativas

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.17 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Notas Explicativas

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.18 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.
O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.19 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Notas Explicativas

2.20 – Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.21 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.22 – Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG’s e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.23 – Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

3 PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC EM 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 23.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vêm sendo adotados.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/11	31/12/10
Caixa e Depósitos bancários à vista	37.025	47.149
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	74.730	42.569
Fundos de investimento	69.001	11.559
	180.756	101.277

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 90% a 101%.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Consumidores	(a)	1.296.956	1.198.539
Títulos a Receber	(b)	2.743	2.207
Comercialização de Energia na CCEE	(c)	17.989	18.603
Disponibilização do Sistema de Distribuição		13.054	10.661
Serviços Prestados a Terceiros		11.092	7.181
Outros Créditos		62.553	74.093
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(d)	(224.716)	(119.276)
Total		1.179.671	1.192.008
Circulante		923.069	881.317
Nâo Circulante		256.602	310.691

(a) Consumidores

		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Setor Privado							
Residencial	237.983	132.432	299.594	670.009	597.810	(191.058)	(86.603)
Industrial	110.036	6.968	13.345	130.349	127.098	(3.480)	(5.912)
Comercial	127.417	29.329	55.672	212.418	199.135	(11.401)	(10.102)
Rural	30.274	9.579	23.918	63.771	57.397	(3.417)	(3.606)
	505.710	178.308	392.529	1.076.547	981.440	(209.356)	(106.223)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	4.838	371	1.010	6.219	6.224	-	(764)
Estadual	7.993	2.421	231	10.645	12.443	-	-
Municipal	12.742	7.799	3.171	23.712	24.583	-	-
	25.573	10.591	4.412	40.576	43.250	-	(764)
Iluminação pública	20.717	11.481	3.247	35.445	28.771	-	-
Serviço público	37.269	1.768	943	39.980	39.684	(756)	(1.144)
Fornecimento não faturado	104.408	-	-	104.408	105.394	-	-
Total	693.677	202.148	401.131	1.296.956	1.198.539	(210.112)	(108.131)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a Receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Setor Público	9	1	-	10	-	-	-
Setor Privado	1.643	43	1.047	2.733	2.207	(1.572)	(1.739)
Total	1.652	44	1.047	2.743	2.207	(1.572)	(1.739)
Circulante				1.349	-	-	-
Não Circulante				1.394	2.207	(1.572)	(1.739)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a Receber	Outros Créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(108.131)	(1.739)	(9.406)	(119.276)
Adições	(146.754)	(199)	(5.322)	(152.275)
Reversões	-	366	1.696	2.062
Baixados a Reserva	44.773	-	-	44.773
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(210.112)	(1.572)	(13.032)	(224.716)

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda						
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	16.312	14.367
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	set-18	CDI	19.698	2.729
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	15.961	14.697
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	2.390	-
Bradesco	(2)	LFT	mar-12 / set-12	CDI	552	1.066
Bradesco	(2)	CDB	mar-12 / jan-13 / set-13	CDI	2.000	1.510
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	19.071	19.410
Banco Itaú	(2)	CDB	mai-12 / ago-12 / fev-13	CDIC	999	895
Caixa Econômica Federal		CDB	jan-12 / jun -12 / dez-12/ fev-14	CDI	5.555	6.753
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	4.727	7.564
Total					87.265	68.991
Circulante					34.667	68.991
Não Circulante					52.598	-

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras, no montante de R$ 71.042 (vide nota explicativa n° 15).
(2) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	39.736	6.144
Contribuição Social - CSLL	(a)	6.483	3.855
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	43.399	45.499
Programa de Integração Social - PIS	(c)	1.430	12.839
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	15.093	64.120
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.354	1.315
Outros		742	47
		108.237	133.819
Não-Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	56.382	54.559
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	2.412	2.413
		58.794	56.972
Total		167.031	190.791

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados à prestação de serviços pela Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R$ 97.478 (R$ 96.057 em 31 de dezembro de 2010).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R$ 2.303 (R$ 4.001 em 31 de dezembro de 2010).

(c) PIS E COFINS a recuperar composto da seguinte forma:

c.1) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R$ 1.386.

Notas Explicativas

c.2) PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, argüindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia obteve o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que estão sendo compensados com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante total de R$ 75.573, tendo como contrapartida o resultado do exercício daquele exercício, dos quais R$ 70.028 foram efetivamente utilizados até 31/12/2011.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. Inconformada com a cobrança, a Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 21 – Provisões.

8 BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n˚s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

Ágio - incorporado	1.126.868
Provisão Constituída	(743.733)
Benefício fiscal	383.135
Amortização acumulada	(457.839)
Reversão acumulada	302.173
Saldos em 31 de dezembro de 2010	227.469
Amortização	(55.540)
Reversão	36.657
Saldos em 31 de dezembro de 2011	208.586

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 e o Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005 conforme curva abaixo:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Curvas de amortização de ágio

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2011	0,04930	2015	0,04340	2019	0,03680	2023	0,02970
2012	0,04750	2016	0,04180	2020	0,03480	2024	0,02820
2013	0,04420	2017	0,04010	2021	0,03280	2025	0,02680
2014	0,04350	2018	0,03790	2022	0,03130	2026	0,02540

9 OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	16.147	51.460
Adiantamentos a Empregados		459	808
Adiantamentos a Fornecedores		1.042	1.737
Serviços Prestados a Terceiros		787	204
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	8.122	10.845
Desativações em Curso		-	3.344
Dispêndios a Reembolsar em Curso	(c)	9.886	12.751
Cobrança extra judicial		834	-
Uso mútuo de postes		4.848	-
Outros créditos a receber		4.638	9.216
Total		46.763	90.365
Circulante		38.688	78.512
Não Circulante		8.075	11.853

(a) O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional da Companhia.

Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e no art.5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, em favor da Companhia, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as sete primeiras parcelas anuais.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo				Passivo			
	31/12/11		31/12/10		31/12/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Diferenças Temporárias	222.026	55.363	146.053	36.373	248.546	61.955	199.402	48.774
Contribuição Social								
Diferenças Temporárias	215.451	19.390	146.053	13.144	247.905	22.312	199.402	17.946
Total		74.753		49.517		84.267		66.720

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/12/11		31/12/10	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.338	61.338	17.912	17.912
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	127.763	127.763	109.100	109.100
Provisão PLR	2.560	2.560	2.052	2.052
Incentivo Fiscal Sudene	6.575	-		
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Outros	16.794	16.794	9.993	9.993
Total Ativo	222.026	215.451	146.053	146.053
Passivo				
Precatório Finsocial/PAES	8.122	8.122	10.847	10.847
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	1.647	1.647	5.418	5.418
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicia	72.995	72.355	30.094	30.094
Ajuste da quota anual de amortização	17.262	17.262	11.508	11.508
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	71.833	71.833	53.992	53.992
Déficit plano previdenciário	308	308	114	114
Superávit plano previdenciário	44.865	44.865	24.395	24.395
Ativos e Passivos regulatórios	17.532	17.532	31.850	31.850
Custo de Captação	13.982	13.981	-	-
Outros	-	-	31.184	31.184
Total Passivo	248.546	247.905	199.402	199.402

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subseqüentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

		31/12/11		31/12/10	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		867.503	867.503	1.114.903	1.114.903
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(18.884)	(18.884)	(18.895)	(18.895)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	123	123	79	79
Juros sobre capital próprio		(113.366)	(113.366)	(106.832)	(106.832)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		735.376	735.376	989.255	989.255
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		183.844	66.184	247.314	89.033
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Juros sobre Obras em Andamento - JOA		-	15	-	17
Contribuições e Doações		185	67	259	93
Multas Indedutíveis		464	167	725	261
Depreciação Veículos Executivos		87	31	198	71
Outras Adições		8.558	1.458	573	184
Subtotal Adições		9.294	1.738	1.755	626
(-) Exclusões					
Reversão da PMIPL		(9.164)	(3.299)	(9.170)	(3.301)
Incentivo Fiscal SUDENE		(143.060)	-	(166.364)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT		(5.739)	-	(2.747)	-
Outras Exclusões		(1.669)	-	(5.341)	(1.516)
Subtotal Exclusões		(159.632)	(3.299)	(183.622)	(4.817)
Imposto de renda e contribuição social no resultado		33.506	64.623	65.447	84.842
Corrente		50.828	70.266	48.666	78.810
Diferido		(17.322)	(5.643)	16.781	6.032
		33.506	64.623	65.447	84.842

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) , 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

11 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas		77.402	77.980
Cíveis		31.121	26.683
Fiscais:		19.185	55.958
PIS / COFINS		11.856	11.098
Incentivo Fiscal SUDENE	(a)	7.329	44.860
Outros		12.101	9.731
Total		139.809	170.352

a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

12 CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

Notas Explicativas

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes à Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	443.965
Adições	-
Baixas	(331)
Amortização/Reversão	-
Transferências (Nota 13)	173.269
Atualização Monetária / Valor Justo	42.732
Saldos em 31 de dezembro de 2011	659.635

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13 INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/11					31/12/10
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Direito de Uso da Concessão	5,25%	3.873.917	(896.521)	(384.620)	2.592.776	2.356.493
Em curso						
Direito de Uso da Concessão		600.743	-	87.343	688.086	388.169
Total		4.474.660	(896.521)	(297.277)	3.280.862	2.744.662

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.249.615	(551.588)	(341.534)	2.356.493	388.943	(774)	388.169	2.744.662
Adições	-	-	-	-	1.046.577	(107.327)	939.250	939.250
Baixas	(2.872)	-	-	(2.872)	(2.037)	-	(2.037)	(4.909)
Amortização	-	(344.933)	101.305	(243.628)	-	-		(243.628)
Transferências - Intangiveis	627.174	-	(145.085)	482.089	(627.174)	145.085	(482.089)	-
Transferências - Ativos Financeiros	-	-	-	-	(202.018)	28.749	(173.269)	(173.269)
Transferências - Outros	-	-	694	694	(3.548)	21.610	18.062	18.756
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.873.917	(896.521)	(384.620)	2.592.776	600.743	87.343	688.086	3.280.862

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

Notas Explicativas

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 12).

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14 FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Fornecedores	31/12/11	31/12/10
Energia Elétrica:	220.632	198.497
Terceiros	176.539	159.950
Partes Relacionadas	44.093	38.547
Encargos de Uso da Rede	26.319	29.308
Terceiros	25.250	29.308
Partes Relacionadas	1.069	-
Materiais e Serviços	148.459	97.036
Energia Livre	25.397	17.263
Total	420.807	342.104
Circulante	395.410	335.755
Não Circulante	25.397	6.349

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/12/11	31/12/10
Moeda nacional								
BNB	a.1	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	1.638	-	50.348	337.354	389.340	173.845
(-) Custos de transação			-	-	(1.076)	(2.676)	(3.752)	(4.880)
Subtotal - BNB			1.638	-	49.272	334.678	385.588	168.965
BNDES FINEM	a.2	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	1.707	-	75.576	444.422	521.705	278.586
(-) Custos de transação			-	-	(40)	(41)	(81)	(134)
Subtotal - BNDES FINEM			1.707	-	75.536	444.381	521.624	278.452
Eletrobrás	a.5	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	737	-	27.409	142.017	170.163	213.197
(-) Custos de transação			-	-	(123)	(513)	(636)	(666)
Subtotal - Eletrobrás			737	-	27.286	141.504	169.527	212.531
FINEP	a.4	5,27% a.a. a 5,34%a.a.	112	-	8.333	43.052	51.497	49.272
(-) Custos de transação			-	-	(107)	(251)	(358)	(397)
Subtotal - FINEP			112	-	8.226	42.801	51.139	48.875
Banco do Brasil		13,55% a.a / 13,76% a.a.	21.082	20.893	90.000	404.097	536.072	508.220
(-) Custos de transação			-	-	(2.256)	(3.109)	(5.365)	(9.221)
Operações com Swap			-	-		(6.014)	(6.014)	(1.571)
Subtotal - Banco do Brasil			21.082	20.893	87.744	394.974	524.693	497.428
BONDS BRL	a.3	12,15%a.a. a 12,28%a.a.	8.225	-	-	400.000	408.225	-
(-) Custos de transação			-	-	(839)	(2.788)	(3.627)	-
Subtotal - BONDS BRL			8.225	-	(839)	397.212	404.598	-
Total moeda nacional			**33.501**	**20.893**	**247.225**	**1.755.550**	**2.057.169**	**1.206.251**
Moeda estrangeira								
BID		vc + 3,00% a.a.	-	-	-	-	-	1.216
Operações com Swap		CDI - 6% a.a.	-	-	-	-	-	1.168
Subtotal - BID			-	-	-	-	-	2.384
Títulos Externos		Libor + 1,875% a.a	21	-	8.139	264.996	273.156	234.452
Operações com Swap		106,75%, 107,25%, 101,61%,	-	-	24.087	(14.873) -	9.214	60.527
Subtotal - Títulos Externos		101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	21	-	32.226	250.123	282.370	294.979
Total moeda estrangeira			**21**	**-**	**32.226**	**250.123**	**282.370**	**297.363**
Total			**33.522**	**20.893**	**279.451**	**2.005.673**	**2.339.539**	**1.503.614**

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício:

a.1) Banco do Nordeste do Brasil – BNB – Em 2010 a Companhia assinou o Contrato de Abertura de Crédito no valor de R$ 284.132, com prazo de 8 anos, a ser amortizado em 72 parcelas mensais a partir de outubro de 2012, com custo de 10% a.a. e juros pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente após a carência. Foram dadas como garantia a este financiamento a centralização de recebíveis, fundo de liquidez e aval da Neoenergia. Em 2011 foi liberado o montante de R$ 243.542 para financiamento dos investimentos realizados neste ano.

a.2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em 2011 o montante de R$ 319.568 para financiamento dos investimentos realizados em 2010 e 2011, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio e novembro de 2011.

a.3) Emissão de Bonds em reais – A Companhia realizou captação de recursos no mercado internacional, por meio da emissão de notas no exterior (bonds em reais) no montante de R$ 400.000, com vencimento em 27 de abril de 2016 e juros de 11,75%

Notas Explicativas

a.a com pagamento semestral. Os recursos foram destinados ao refinanciamento de dívida.

a.4) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu o montante de R$ 7.032 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

a.5) Eletrobrás – Em 2009 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 277/2009 (6ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Em 2011 foi liberado o montante de R$ 4.981.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os Títulos Externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

BNDES FINEM 2007 - Endividamento Financeiro/EBITDA menor ou igual a 1,60 até 2012 e Endividamento Financeiro Líquido /(Endividamento Líquido + PL) menor ou igual a 0,60 até 2012.

Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

(c) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2011:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BNB	29/11/04	R$	Programa de Investimentos em Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2012	Hipoteca, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB IV	27/06/08	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB V	22/08/08	R$	Melhoramento em Redes de Transmissão e Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNDES/FINEM	12/12/07	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 3,20% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Conta Reserva
BNDES/FINEM	16/03/09	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12 a.a. / TJLP + 3,12% a.a. / TJLP + 1,82 a.a. / TJLP + 2,82% a.a. /4,50% a.a./ 5,50% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
ELETROBRÁS	1999 a 2009	R$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5% a.a	Não aplicável	2022	Nota Promissória e Receita Própria
FINEP	14/10/09	R$	Projeto de Inovação	5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
TÍTULOS EXTERNOS	30/06/10	US$	Renegociação de Dívida com o Sindicato Externo	Libor + 1,875% a.a.	106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27%/ 100,40/ 102,87% do CDI	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	23/03/10	R$	Capital de giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Capital de giro	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BNB	09/09/10	R$	Ampliação e Modernização de Redes de Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2018	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNY - BONDS BRL	27/04/11	R$	Reestruturação da Dívida	11,75% a.a.	Não aplicável	2016	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	09/12/10	R$	Capital de giro	11,80% a.a.	Não aplicável	2012	Sem garantia

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas).

O total devido em moeda nacional e em moeda estrangeira da Companhia desdobra-se, da seguinte forma:

	31/12/11		31/12/10	
Moeda Nacional	R$	%	R$	%
Juros pré-fixados	1.027.507	49,9%	467.078	38,7%
UFIR	169.527	8,2%	212.531	17,6%
TJLP	435.721	21,2%	223.051	18,5%
CDI	424.414	20,6%	303.591	25,2%
Total	2.057.169	100,0%	1.206.251	100,0%
Principal	2.002.775		1.186.709	
Encargos	54.394		19.542	

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11			31/12/10		
Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	R$	%	Moeda de Origem	R$	%
Dólar norte americano	150.533	282.370	100,0%	178.467	297.363	100,0%
Principal		282.349			297.352	
Encargos		21			11	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Variação %	
Moeda / Indexador	31/12/11	31/12/10
Dólar norte-americano	12,58	(4,31)
TJLP	6,00	6,00
CDI	11,59	9,74

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	246.114	(4.051)	242.063
2013	189.194	(3.371)	185.823	100.649	(3.045)	97.604
2014	503.330	(3.128)	500.202	375.610	(2.431)	373.179
2015	562.849	(1.801)	561.048	450.271	(942)	449.329
2016	560.854	(700)	560.154	56.946	(412)	56.534
Após 2016	219.717	(378)	219.339	80.228	(355)	79.873
Total	2.035.944	(9.378)	2.026.566	1.309.818	(11.236)	1.298.582

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	156.153	1.050.098	48.879	248.484	1.503.614
Ingressos	-	975.123	-	-	975.123
Encargos	128.700	23.769	5.862	-	158.331
Variação monetária e cambial	-	-	193	31.439	31.632
Swap	-	(757)	20.925	(22.061)	(1.893)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(37)	(5.299)	9.443	4.107
Transferências	253.652	(267.324)	17.182	(17.182)	(13.672)
Amortizações e pagamentos de juros	(263.688)	-	(55.495)	-	(319.183)
(-) Custos de Transação	5.909	(4.429)	-	-	1.480
Saldos em 31 de dezembro de 2011	280.726	1.776.443	32.247	250.123	2.339.539

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

16 DEBÊNTURES E ENCARGOS

						31/12/11				31/12/10
						Encargos	Principal			
Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		761	6.264	10.445	17.470	20.798
(-) Custos de transação						-	-		-	(283)
Operações com swap					IGPM+13,95	-	15.301	25.097	40.398	48.617
Subtotal - 3ª Emissão						761	21.565	35.542	57.868	69.132
5ª Emissão	2ª	10.000	IGPM + 10,8% a.a.	10,90%		-	-	-	-	112.793
(-) Custos de transação						-	-	-	-	(77)
Subtotal - 5ª Emissão						-	-	-	-	112.716
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		2.156	78.642	157.318	238.116	317.554
(-) Custos de transação						-	(380)	(325)	(705)	(1.247)
Subtotal - 6ª Emissão						2.156	78.262	156.993	237.411	316.307
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		280	-	80.000	80.280	80.309
(-) Custos de transação						-	(92)	(3)	(95)	-
Subtotal - 7ª Emissão						280	(92)	79.997	80.185	80.309
Total						3.197	99.735	272.532	375.464	578.464

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/11			31/12/10		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	96.322	(473)	95.849
2013	177.389	(236)	177.153	174.531	(281)	174.249
2014	95.472	(93)	95.379	93.075	(96)	92.979
Total	272.861	(329)	272.532	363.928	(850)	363.077

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	215.387	363.077	578.464
Encargos	50.592	-	50.592
Variação monetária e cambial	4.489	1.275	5.764
Swap	2.722	4.586	7.308
Efeito cumulativo marcação a mercado	(135)	(201)	(336)
Transferências	95.954	(95.954)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(267.135)	-	(267.135)
(-) Custos de transação	1.058	(251)	807
Saldos em 31 de dezembro de 2011	102.932	272.532	375.464

17 SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	31/12/11	31/12/10
Salários	5.384	4.902
Encargos sociais	6.619	5.989
Provisões Férias	15.883	15.622
Encargos Sobre Provisões de Férias	2.745	2.038
Provisão PLR / RV	2.560	2.052
Outros	135	53
Total	33.326	30.656

18 TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão – RGR		17.006	14.952
Conta de Consumo de Combustível – CCC		16.255	14.897
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2.850	2.495
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.519	1.702
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		260	343
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	34.160	30.742
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	10.431	17.919
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		760	699
Total		83.241	83.749
Circulante		52.454	65.049
Não Circulante		30.787	18.700

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subseqüente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s 300/2008 e 316/2008.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

19 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/11	31/12/10
Circulante		
Imposto de Renda - IR	3.712	2.842
Contribuição Social - CSLL	-	4.236
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	72.810	60.164
Programa de Integração Social - PIS	7.289	6.665
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	32.844	29.852
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	6.928	4.951
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.116	814
Imposto sobre Serviços - ISS	4.481	2.724
Outros	3.723	3.555
	132.903	115.803
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	-	695
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	2.361	1.663
Programa de Integração Social - PIS	292	1.026
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	415	391
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	115	-
	3.183	3.775
Total	136.086	119.578

20 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

			Valor por ação		
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2011					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	28.341	0,1460057	0,1460057	0,1606063
AGO de 27 de abril de 2011	Dividendos	469.099	2,4166742	2,4166742	2,6583417
RCA de 30 de Junho de 2011	JSCP	28.342	0,1460108	0,1460108	0,1606119
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos Intermediários	275.043	0,1416952	0,1416952	0,1558648
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	28.342	0,1460108	0,1460108	0,1606119
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	28.341	0,1460057	0,1460057	0,1606063
		857.508			
2010					
AGO de 29 de março de 2010	Dividendos	324.215	1,6702745650	1,6702745650	1,8373020215
RCA de 31 de março de 2010	JSCP	26.718	0,1376444090	0,1376444090	0,1514088499
RCA de 30 de junho de 2010	JSCP	26.719	0,1376495610	0,1376495610	0,1514145171
RCA de 30 de setembro de 2010	Dividendos	281.653	1,4510057964	1,4510057964	1,5961063760
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP	26.719	0,1376444092	0,1376444092	0,1514088501
RCA de 30 de dezembro de 2010	JSCP	26.718	0,1376495610	0,1376495610	0,1514145171
		712.742			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	85.512	109.716
Ações preferenciais classe "A"	15.300	19.631
Ações preferenciais classe "B"	51.045	65.492
Total	151.857	194.839
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	750.490	945.719
Incentivo fiscal SUDENE	(143.060)	(166.364)
Amortização do ágio incorporado	55.540	55.573
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(36.657)	(36.678)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(18.884)	(18.895)
Base de cálculo do dividendo	607.429	779.354
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	151.857	194.839
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Dividendos intermediários - R$ 0,2297757 por ação ON e R$ 0,2527532 por ação PN	275.043	281.653
Juros sobre capital próprio - R$ 0,0835569 por ação ON e R$ 0,0919126 por ação PNA e PNB (14.364); R$ 0,0648491 por ação ON e R$ 0,0713340 por ação PNA e PNB (11.148) e R$ 0,0481307 por ação ON e R$ 0,0529438 por ação PNA e PNB (8.274)	113.366	106.874
Total Bruto	388.409	388.527
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	**(1.552)**	**(1.461)**

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre à incidência de imposto de renda.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

A movimentação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	29.177
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	857.508
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(1.553)
Pagos no período	(853.846)
Prescritos	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	31.247

21 PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R$ 18.403 classificada no passivo circulante (R$ 15.879 em 31 de dezembro de 2010) e R$ 109.361 no não circulante (R$ 93.221 em 31 de dezembro de 2010) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	61.973	40.312	6.815	109.100
Constituição	37.991	20.123	2.277	60.391
Baixas/reversao	(36.144)	(24.059)	-	(60.203)
Remuneração	10.173	7.574	729	18.476
Saldos em 31 de dezembro de 2011	73.993	43.950	9.821	127.764

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Contingência Trabalhista	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
Ex-empregados da Companhia	40.610	1ª, 2ª e 3ª	Provável	40.610	27.390
	225.686	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	34.382	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	28.723	1ª, 2ª e 3ª	Provável	28.723	25.436
	165.929	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	58.320	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	4.660	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.660	9.147
	61.170	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	5.625	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	625.105			73.993	61.973

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
Clientes – Tarifas Plano Cruzado		10.836	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.836	11.752
Indenização por perdas		30.593	1ª, 2ª e 3ª	Provável	30.593	25.031
		487.054	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.788	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	1.111
		2.245	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Comerc. Energia e produtos		23.414	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		328	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		612	1ª, 2ª e 3ª	Provável	612	427
		43.988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.437	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		3.595	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
			1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		211	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		83	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		1.742	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.742	1.757
Racionamento de Energia Elertrica		2	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2	-
		63	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		165	1ª, 2ª e 3ª	Provável	165	234
		10.552	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		90	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		628.798			43.950	40.312

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.

Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Contingência Fiscal	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
ICMS	(1)	136	1ª, 2ª e 3ª	Provável	136	125
		65.322	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
			1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(2)	2.049	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.049	1.883
		15.007	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		4.545	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(3)	10.339	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
			1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(4)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		747	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.318	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(5)	17.046	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
			1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS	(6)	60.399	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
			1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	(7)	16.572	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ / IRRF	(8)	389.949	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
			1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(9)	4.789	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.789	4.399
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(10)	2.210	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		262	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(11)	4.785	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		430	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas	(12)	1.752	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(13)	4.384	Judicial	Possível	-	-
Outras	(14)	2.844	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.844	405
		289	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	
Total		605.803			9.821	6.815

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(1) ICMS

(1.1) Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício.

(1.2) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa.

(1.3) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação.

(1.4) Autos de Infração lavrados pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(2) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(3) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes.

(4) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(5) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(6) PIS/COFINS

(6.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, argüindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

(6.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(7) COFINS - Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidade legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada.

(8) IRPJ / IRRF

(8.1) IRRF - Auto de infração no montante de R$ 48.897, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(8.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(9) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil referente aos casos em que a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(10) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária a incidência do referido imposto sobre essas operações.

(11) CIDE - Autos de infração lavrados pela Receita Federal argüindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(12) Corresponde a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos, além de processos judiciais impetrados contra a cobrança da taxa de iluminação pública.
(13) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(14) Diversos processos fiscais impetrados por consumidores questionando a cobrança de PIS e COFINS na conta de energia.

22 OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/11	31/12/10
Consumidores	(1)	41.996	29.594
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(2)	13.146	11.580
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		171	9.393
Convênios		147	1.721
Caução em Garantia	(3)	46.704	49.000
FGTS Conta Empresa		207	207
Encargos CBEE		167	299
Adiantamentos recebidos		23.362	16.902
Devolução Recursos Eletrobras	(4)	70.189	-
Outras		7.985	10.548
Total		204.074	129.244
Circulante		180.056	122.002
Não Circulante		24.018	7.242

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(4) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, no montante de R$ 70.189, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos serão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Nº de Ações **(EM UNIDADES)**

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A .	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

R$ **(EM REAIS)**

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A .	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (Vide nota explicativa nº 8).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o valor de R$ 143.060 (R$ 166.364 em 31 de dezembro 2010) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição da reserva constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A. no montante de R$ 65.069.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

24 RECEITA BRUTA

A Composição da receita bruta é a seguinte:

	Ref.	31/12/2011	31/12/2010
Fornecimento de Energia	(a)	2.131.400	2.061.618
Receita de operação e manutenção		2.009.993	1.982.207
Remuneração financeira wacc		121.407	79.411
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	30.001	50.034
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	3.873.370	3.359.963
Receita de operação e manutenção		3.871.578	3.358.472
Remuneração financeira wacc		1.792	1.491
Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão		944.904	693.153
Outras Receitas		66.456	74.708
Total		7.046.131	6.239.476

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (1)		MWh (1)		R$ mil	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Consumidores:						
Residencial	4.473.716	4.290.998	5.356.397	5.200.269	2.388.994	2.078.339
Industrial	20.656	21.565	3.569.780	3.459.558	1.051.378	939.033
Comercial	313.582	307.476	2.837.885	2.767.009	1.387.849	1.235.749
Rural	199.989	195.504	1.136.845	1.090.159	244.124	217.618
Poder Público	46.717	45.923	606.845	600.767	264.891	239.829
Iluminação Pública	16.087	15.970	760.007	706.099	154.544	132.161
Serviço Público	8.869	8.243	763.870	748.480	176.057	160.811
Consumo Próprio	374	347	13.837	14.334	-	-
Suprimento	1	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(986)	14.262
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo (2)	-	-	-	-	(3.759.491)	(3.260.057)
Subtotal	5.079.991	4.886.027	15.045.466	14.586.675	1.907.360	1.757.745
Acordo Geral do Setor Elétrico	-	-	-	-	-	(521)
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	224.040	304.394
Total	5.079.991	4.886.027	15.045.466	14.586.675	2.131.400	2.061.618

(1) Informações não examinadas por auditores independentes.
(2) Vide comentários nota (c) a seguir.

Reajuste Tarifário 2011

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.142 de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 13,12%, sendo 8,47% relativo ao reajuste econômico e de 4,65% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 9,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2011 com vigência até 21 de abril de 2012.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 10,16%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 9,79%.

	Ref.	
Receita Anual (RA0)	**(1)**	**4.116.297**
Encargos Setoriais		461.496
Compra de Energia Elétrica		1.921.992
Transporte de Energia		251.800
Parcela A		**2.635.288**
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B		**1.829.827**
Receita Requerida (Parcela A +B)	**(2)**	**4.465.115**
CVA e Neutralidade		**455**
Componentes Financeiros		**50.122**
Subsídios Tarifários		**156.948**
Total Comp. Financeiros e Subsídios	**(3)**	**207.525**
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	**(4)**	8,47%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	**(5)**	4,65%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]		**13,12%**
Reajuste Percebido pelo Consumidor		**9,92%**

(b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Saldos em	
	Ref.	31/12/11	31/12/10
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Livre		113.879	99.906
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(a)	3.759.491	3.260.057
		3.873.370	3.359.963

(a) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “tusd média” calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(c) Outras receitas

	Saldos em	
	31/12/11	31/12/10
Renda da prestação de serviços	22.823	31.785
Arrendamentos e Aluguéis	27.037	19.582
Serviço taxado	5.517	4.073
Taxa de iluminação pública	4.743	2.902
Administração de faturas de fraudes	(4.008)	11.091
Outras receitas	10.344	5.275
Saldos em 31 de dezembro de 2011	66.456	74.708

25 DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	31/12/11	31/12/10
IMPOSTOS:		
ICMS	(1.177.999)	(1.037.019)
PIS	(100.522)	(91.523)
COFINS	(463.590)	(421.713)
ISS	(5.419)	(3.493)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(56.304)	(52.373)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(34.205)	(29.940)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(189.624)	(159.940)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(18.923)	(18.678)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(7.550)	(7.441)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(3.775)	(3.720)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.550)	(7.441)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(11.324)	(11.161)
Outros	(1.987)	(710)
Total	(2.078.772)	(1.845.152)

26 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11				31/12/10
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(56.922)	(65.612)	(87.799)	(210.333)	(165.234)
Administradores	-	-	(3.439)	(3.439)	(3.308)
Entidade de previdência privada	(4.007)	(2.158)	646	(5.519)	5.756
Material	(9.279)	(1.571)	(1.142)	(11.992)	(13.731)
Serviços de terceiros	(67.742)	(147.258)	(62.039)	(277.039)	(233.980)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(8.713)	(231)	-	(8.944)	(8.250)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.787.518)	-	-	(1.787.518)	(1.653.373)
Encargos de uso do sistema transmissão	(242.486)	-	-	(242.486)	(227.317)
Amortização	(191.050)	(34.607)	(8.545)	(234.202)	(206.042)
Arrendamentos e alugueis	(1.052)	(197)	(2.792)	(4.041)	(3.191)
Tributos	(48)	(2.231)	(709)	(2.988)	(2.047)
Provisões Líquidas - PCLD	(81.191)	(10.356)	-	(91.547)	(17.289)
Perdas Conta a Receber/Consumidores	(13.893)	(44.773)	-	(58.666)	(13.643)
Provisões Líquidas - Contingências	-	-	3.018	3.018	(538)
Custo de construção da infraestrutura da Concessão	(944.904)	-	-	(944.904)	(693.153)
Alienação / Desativação de bens e direitos	-	-	(1.646)	(1.646)	1.969
Outros	(1.708)	(4.984)	(32.326)	(39.018)	(27.382)
Total custos / despesas	(3.410.513)	(313.978)	(196.773)	(3.921.264)	(3.260.753)

(a) Custo e Despesa de Pessoal

	31/12/11	31/12/10
Remunerações	(116.090)	(106.878)
Encargos sociais	(58.501)	(48.336)
Auxílio alimentação	(11.566)	(9.863)
Convênio assistencial e outros benefícios	(9.525)	(3.583)
Rescisões	(8.602)	(8.413)
Férias e 13º salário	(28.423)	(32.090)
Plano de saúde	(16.320)	(10.200)
Contencioso trabalhista	(17.464)	(9.554)
Participação nos resultados	(20.964)	(13.296)
Encerramento de ordem em curso	(3.834)	(2.254)
(-) Transferências para ordens	80.956	79.233
Total	(210.333)	(165.234)

(b) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	31/12/11		31/12/10	
	R$	MWh (1)	R$	MWh (1)
Terceiros	(1.416.044)	15.311.710	(1.300.276)	14.855.392
Partes Relacionadas	(441.072)	2.803.749	(392.644)	2.486.850
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(18.798)	-	(27.516)	-
Proinfa	(61.031)	390.207	(56.621)	390.519
Encargos Serviço Sistema - ESS / EER	(27.159)	-	(29.898)	-
Créditos de PIS e COFINS	176.586	-	153.582	-
Total	(1.787.518)	18.505.666	(1.653.373)	17.732.761

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(c) Custo com Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	31/12/11	31/12/10
Terceiros	(253.434)	(242.737)
Partes Relacionadas	(13.179)	(7.936)
Crédito PIS / COFINS	24.127	23.356
Total	(242.486)	(227.317)

(d) Amortização

	31/12/11	31/12/10
Quota de depreciação e amortização no exercício	(243.629)	(215.260)
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	(230)	478
(-) Crédito PIS/COFINS	9.657	8.740
Depreciação e Amortização residual no resultado	(234.202)	(206.042)

(e) Outros Custos e Despesas Operacionais

	31/12/11	31/12/10
Seguros	(1.426)	(1.320)
Doações e contribuições	(1.396)	(1.603)
Recuperação de despesa	5.732	4.828
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(1.518)	(1.966)
Despesas de viagem	(2.684)	(2.629)
Consumo próprio e energia elétrica	(5.918)	(5.647)
Propaganda e publicidade	(2.686)	(4.725)
Indenização processos cíveis e fiscais	(24.196)	(7.641)
Alimentação	(205)	(163)
Encerramento de ordem em curso	(493)	(1.458)
Outros	(4.228)	(5.058)
Total	(39.018)	(27.382)

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	31/12/11	31/12/10
Renda de aplicações financeiras	34.112	37.191
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	68.673	36.185
Variação monetária	59.948	77.259
Variação cambial	46.228	51.978
Operações Swap	78.191	53.589
Outras receitas financeiras	23.702	80.485
Total	310.854	336.687

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Despesa Financeira	31/12/11	31/12/10
Encargos de dívida	(161.741)	(112.391)
Variação monetária	(70.764)	(51.065)
Variação cambial	(79.978)	(40.040)
Operações Swap	(100.150)	(107.493)
Outras despesas financeiras	(76.813)	(44.366)
Total	(489.446)	(355.355)

28 PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2011 é de R$ 20.964 (R$ 13.296 em 2010).

29 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

			31/12/11			31/12/10		31/12/10
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Fundação Coelba de Previdência Complementar		Contribuição Patronal	-	-	834	-	-	751
Amara Brasil	f)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	581	-	-	135	-
		Reembolso de despesa	-	-	(34)	-	-	(53)
Neoenergia S.A.		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	1.694	-
		Juros sobre capital próprio	-	25.001	-	-	23.570	-
		Prestação de serviço	-	-	(276)	-	-	-
		Outras	-	78	-	-	-	-
			-	27.481	(276)	-	25.264	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	1.985	-	-	1.871	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Aluguel/Comodato	-	-	-	-	-	(189)
		Juros sobre capital próprio	-	630	-	-	594	-
			-	630	-	-	594	(189)
Celpe	b)	Uso da Rede	-	541	(4.356)	-	246	(3.320)
		Outras	592	-	-	87	-	-
			592	541	(4.356)	87	246	(3.320)
Cosern		Outras	110	-	-	-	-	-
			110	-	-	-	-	-
Termopernambuco	a.1)	Energia comprada	-	10.972	(76.878)	-	10.223	(75.670)
Itapebi	a.1)	Energia comprada	-	26.854	(306.670)	-	24.203	(283.322)
	g)	Energia fornecida	23	-	159	27	-	238
		Outras	742	-	-	-	-	-
			765	26.854	(306.511)	27	24.203	(283.065)
NC Energia	a.1)	Energia comprada	-	1.865	(14.828)	-	1.683	(7.995)
		Reembolso de despesa	2	-	-	2	4	-
			2	1.865	(14.828)	2	1.687	(7.995)
Baguari I	a.2)	Energia comprada	-	396	(3.311)	-	378	(3.114)
Bahia PCH I	b)	Uso da Rede	62	-	818	-	-	-
Rio PCH I	a.2)	Energia comprada	-	134	(1.116)	-	127	(1.054)
Neoenergia Investimentos		Prestação de serviço	28	-	406	-	-	-
Goiás Sul	a.2)	Energia comprada	-	244	(1.966)	-	170	(1.016)
SE Naramdiba	c/d)	Uso da Rede	-	357	(1.320)	-	-	-
Afluente Geração	a.1)	Energia comprada	-	1.949	(22.280)	-	1.762	(20.816)
	d)	Uso da Rede	95	-	1.255	-	-	-
		Outras	-	-	-	109	-	1.272
			95	1.949	(21.025)	109	1.762	(19.544)
Afluente Transmissão	e)	Aluguel/Comodato	-	2	-	-	2	(24)
	b)	Uso da Rede	-	1.176	(9.576)	-	916	(8.334)
			-	1.178	(9.576)	-	918	(8.358)
Energética Águas da Pedra	a.1)	Energia comprada	-	1.679	(14.023)	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Notas Explicativas

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluente Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 01 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCHI - Contratos nº 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de janeiro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluente Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluente Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluente, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluente, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluente Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de Locação de Imóveis

Afluente Transmissão - Contratos nºs 4600016054 e 4600016280 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2011, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Neoenergia S/A - Contratos nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600014414, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

(g) Contratos de Energia Fornecida

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 3.099 (R$ 3.054 em 31 de dezembro de 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R$ 100.000 é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor justo. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Notas Explicativas

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- Instrumentos Financeiros Derivativos

  - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

  - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	180.756	180.756	101.277	101.277
Titulos e valores mobiliários	87.265	87.265	68.991	68.991
Contas a receber de clientes e outros	1.179.671	1.179.671	1.192.008	1.192.008
Passivo				
Fornecedores	(420.807)	(420.807)	(342.104)	(342.104)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(124.990)	(124.990)	(106.621)	(106.621)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(1.938.192)	(1.938.192)	(1.101.201)	(1.101.201)
Debêntures em moeda nacional	(317.594)	(317.029)	(509.333)	(508.503)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(290.628)	(290.628)	(256.181)	(256.181)
Instrumentos financeiros derivativos	(43.599)	(43.599)	(108.742)	(108.742)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- ✓ Foi contratada operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R$ 100.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

					Valores de Referência						Efeito acumulado 31/12/11
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	12/01/01	22/03/11	USD + 3,446% a.a. CDI - 6% a.a.	-	USD 535	-	R$ 1.040	-	1.215	
Passiva									-	2.384	
									-	(1.169)	(31)
Swap		11/07/06 /									
Ativa	Bancos Santander e Citibank	15/06/09 /		USD 6M LIBOR + 1%a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a.					275.428	240.871	
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas	22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10	26/06/2013 / 26/06/2015	106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e 102,87% do CDI	USD 150.000	USD 150.000	R$ 284.400	R$ 301.017	284.641	301.398	
									(9.213)	(60.527)	4.251
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a	USD 4.847	USD 7.012	R$ 14.646	R$ 21.191	17.475	20.804	
Passiva									57.875	69.422	
									(40.400)	(48.618)	(7.045)
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a. 99,5 % do CDI			R$ 100.000	R$ 100.000	124.992	108.247	
Passiva									118.978	106.675	
									6.014	1.572	4.444
Total									(43.599)	(108.742)	1.619

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros

✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011 operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 1.618 (R$ 53.511, resultado negativo em 31 de dezembro de 2010).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

	Variação na taxa do US$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
2011	-6,71%	-153	-153
2010	8,63%	555	555

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		Efeitos	
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
31/12/2011			
Ativos Financeiros			
CDI	-0,83	-1.917	-1.917
Passivos Financeiros			
CDI	-0,83	2.903	2.903
IGPM	0,14	83	83
31/12/2010			
Ativos Financeiros			
CDI	0,99	1.219	1.219
Passivos Financeiros			
CDI	0,99	-4.237	-4.237
IGPM	-6,32	2.742	2.742

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº.s 15 e 16).

Notas Explicativas

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequencia o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

- Gestão do Capital

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

Não houveram alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

31 COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
2012 a 2030	1.962.999	2.686.392	3.105.701	3.288.833	3.518.544	112.197.807

Notas Explicativas

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011, e foram homologados pela ANEEL.

32 ENTIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

Planos Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 60 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33, no que tange à realização de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	31/12/11	31/12/10
Custo do Intangível em Curso	2.745	2.845
Despesas Operacionais	5.392	5.094
Total	8.137	7.939

Avaliação atuarial dos planos previdenciários

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado. Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009 e CPC 33.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	4.955	4.237	252.081	234.587
Valor justo dos ativos do plano	1.357	1.832	374.233	365.643
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	3.598	2.405	(122.152)	(131.056)
Ganhos / (Perdas) atuariais não reconhecidos	(1.911)	(523)	(6.360)	18.401
Efeito do Limite de Parágrafo 58B (1)	-	-	111.176	73.316
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	1.687	1.882	(17.336)	(39.340)

(1) Refere-se a parte do superávit acumulado do Plano BD não atribuível à Companhia na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do superávit. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 58B da Deliberação CVM nº 600/09

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	277	297	2	31
Juros sobre as obrigações atuariais	488	474	23.950	22.652
Rendimento esperado dos ativos do plano	(264)	(258)	(39.796)	(32.390)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	10	27	-	(5.068)
Efeito do Limite de Parágrafo 58B (1)	-	-	37.860	(1.247)
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	511	540	22.016	(16.022)
Rendimento efetivo dos ativos do plano	1.188	(695)	35.753	44.418

Conforme previsto na Deliberação CVM nº. 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor das obrigações no início do ano	4.237	4.582	234.587	244.706
Custo do serviço corrente bruto (1)	277	297	2	31
Juros sobre obrigação atuarial	488	474	23.950	22.652
Contribuições de participantes vertidas no ano	9	10	12	49
(Ganho) / perda atuarial	(55)	(1.126)	20.718	(9.113)
Benefícios pagos no ano	-	-	(27.188)	(23.738)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	4.956	4.237	252.081	234.587

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante.

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo dos ativos no início do ano	1.832	1.861	365.643	344.865
Rendimento esperado no ano	264	258	39.796	32.391
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	(1.452)	(953)	(4.043)	12.027
Contribuições da patrocinadora	704	654	12	50
Contribuições de participantes	9	11	12	49
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(27.188)	(23.738)
Valor justo dos ativos no final do ano	1.357	1.831	374.232	365.644

A Deliberação CVM nº. 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício de 2012:

	CD	BD
Contribuição de participante	9	-
Contribuição da empresa	704	-

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2011 e 2010:

	No. 1 - CD	No. 1 - CD	No. 2 - BD	No. 2 - BD
	2011	2010	2011	2010
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,99%	10,77%	10,99%	10,77%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,35%	12,33%	10,49%	11,26%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,10%	6,59%	7,10%	4,50%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,00%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	4,50%	5,00%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Coelba, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela Faelba.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2011 e 2010 são os seguintes:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	CD		BD	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Renda variável	18,75%	19,01%	1,11%	1,85%
Renda fixa	75,31%	75,18%	95,09%	94,80%
Imóveis	1,71%	1,30%	2,15%	0,80%
Outros	4,23%	4,51%	1,65%	2,55%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R$ 36.231 (R$ 22.608 em 2010).

33 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

	Consolidado		
Riscos	Data da vigência	Importância	Prêmio (R$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2011 a 08/10/2012	211.814	583
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2011 a 08/10/2012	124.093	342
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2011 a 08/10/2012	-	572
Veículos	08/10/2011 a 08/10/2012	-	48

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em conseqüência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R$ 8.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R$ 12.000.

Notas Explicativas

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a "Tabela Fipe", não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

34 QUESTÕES AMBIENTAIS

A companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento das normas do seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA) criado em 2005.

Em 2011, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

Manejo da Vegetação – Gestão voltada para a melhoria da arborização urbana e rural, através da qualificação de equipes que realizam a atividade de poda de árvores com módulos de técnicas de poda, ferramental adequado, planejamento da arborização urbana, incentivo ao plantio de espécies adequadas na via urbana e legislação ambiental, realizado em parceria com as Prefeituras Municipais.

Rede Compacta / Linha Verde - Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

Monitoramento do Mico-Leão-da-Cara-Dourada – Parceria firmada com o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), com o objetivo de monitorar o estabelecimento das populações desta espécie (*Leontopithecus chrysomelas*) e acompanhar a dinâmica destas populações na região de Ilhéus e Itabuna, durante e após a construção da LD 138kV – Itabuna II/Ilhéus, com extensão de 23 km.

Gestão Sustentável de Resíduos – Ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, a exemplo de:

- Projeto Logisverde - reutilização de carretéis de madeira proveniente da aquisição de condutores usados nas redes e linhas da Coelba.

A Companhia realiza ainda diversos projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que tem por motivadores os "condicionantes ambientais", que se originam do processo de licenciamento ambiental. Tais projetos visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes da instalação de empreendimentos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Recursos Aplicados	36.798	55.140	15.401	8.857

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2012.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

André Luis Dantas Furtado (suplente)

Jorge Luiz Pacheco (suplente)

Gonzalo Gómez Alcántara

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Marcelo Souza Marinho

Mario José Ruiz-Tagle Larrain (suplente)

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
Salvador – BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de audor descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador (BA), 23 de janeiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2 SP 015199/O-6-F-BA

Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4-S-BA

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanços sociais.

Com fundamento nas análises apresentadas e na opinião refletida no relatório dos Auditores Independentes, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Salvador, 25 de janeiro de 2012.

Mônica Romero Monteiro Marinho
Presidente

Fabrício Duque Estrada Meyer Chagas

Luiz Carlos Faria Ribeiro

Vinícius Balbino Bouhid

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A..

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2012

Moisés Afonso Sales Filho
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A..

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2012

Moisés Afonso Sales Filho
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação